

Discursos e representações dos africanos pelos militares portugueses durante a Guerra Colonial

Carlos Eduardo Milho Moreira

Dissertação
de Mestrado em Antropologia – Temas Contemporâneos

Nota: lombada (Carlos Eduardo Milho
Moreira, Discursos e representações
dos africanos pelos militares
portugueses durante a Guerra
Colonial, 2020)
- encadernação térmica -

Agosto 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia – Temas Contemporâneos, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Frederico Delgado Rosa e co-orientação científica do Professor Doutor José Manuel Sobral

Apoio financeiro da FCT através da bolsa CRIA/04038/BI_NOVA-FCSH_06

Making war upon insurgents is messy and slow, like eating soup with a knife

The Seven Pillars of Wisdom, Thomas Edward Lawrence

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a todos os interlocutores que deram o seu tempo e a sua disponibilidade para me mostrar um mundo hoje já distante, sem os quais esta dissertação não poderia ter sido escrita.

Agradeço também ao Professor Frederico Delgado Rosa não só por orientar este projecto mas também por ter sido uma referência e uma presença constante desde o primeiro ano da Licenciatura em Antropologia, bem como ao Professor José Manuel Sobral, que ainda antes da definição precisa do tema desta tese me ajudou a explorá-lo.

Agradeço também a todos os professores da licenciatura e do mestrado por terem estimulado o meu interesse na Antropologia e me terem dado as ferramentas necessárias para poder compreender o mundo à minha volta. Friso o contributo do Professor Rui Mateus Pereira, que despertou o meu interesse por este tema e com quem discuti este projecto nas suas fases iniciais.

Agradeço à Helena, sempre presente e que tantas vezes foi a motivação para desenvolver o projecto. Agradeço à Rita e ao Vasco, que estiveram comigo desde o meu primeiro dia de Antropologia, e a quem no fundo devo ter conseguido iniciar o caminho até ao terminar esta tese.

Agradeço também aos meus pais, que apoiaram e compreenderam o percurso irregular que me trouxe à FCSH e a tantos outros amigos que, de mais perto ou longe, me acompanharam e alegraram.

Discursos e representações dos africanos pelos militares portugueses durante a Guerra Colonial

Carlos Eduardo Milho Moreira

[RESUMO]

[ABSTRACT]

Numa última tentativa de manter o Império Colonial Português, o regime do Estado Novo travou uma guerra de 13 anos contra os movimentos de independência das várias “províncias ultramarinas”. Apesar de a dissensão provocada por este conflito ter levado à queda do regime e, conseqüentemente, à independência desses territórios, a estratégia social e militar aplicada nas colónias é apontada por vários autores como um caso de sucesso, mesmo quando comparado com campanhas de contra-insurgência levadas a cabo por exércitos com meios muito superiores. Este projecto tem como objectivo estudar um dos aspectos mais relevantes do esforço português, a acção psicossocial, destinada a captar o apoio das populações nativas, e desenvolver uma análise detalhada da mesma de um ponto de vista antropológico. Isto será feito principalmente através dos factores humanos em jogo, focando os discursos e as representações europeias das tropas nativas, que representarão a marca mais duradoura da APsic.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra colonial, contra-subversão, engenharia social

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 3 |
| Capítulo 1 - Um estado da arte | 15 |
| A definição do problema na História | 15 |
| Teoria militar..... | 18 |
| Possibilidades antropológicas | 21 |
| Capítulo 2 - Considerações metodológicas..... | 27 |
| A entrevista..... | 27 |
| Memórias difíceis | 30 |
| Terrenos minados..... | 33 |
| Arquivo..... | 34 |
| Capítulo 3 - O que foi a A Psic | 37 |
| Prelúdio..... | 37 |
| O início da guerra | 40 |
| Uma guerra à portuguesa | 43 |
| Capítulo 4 - As Tropas de Quadrícula..... | 47 |
| Soldados da paz | 47 |
| Primeiros contactos..... | 48 |
| Marcas duradouras | 50 |
| Experiências semelhantes | 51 |
| Palavras e actos | 54 |
| Recepção ou rejeição | 57 |
| Condições difíceis | 59 |
| Capítulo 5 - Tropas Especiais | 63 |
| As elites | 63 |
| Contactos difíceis..... | 65 |
| Vistos de fora | 67 |
| Excepções..... | 68 |
| Semelhanças e diferenças..... | 69 |
| Capítulo 6 - A Antropologia na Guerra..... | 71 |

| | |
|---|----|
| Uma guerra de informações | 71 |
| Alianças improváveis | 72 |
| Trabalho no campo..... | 74 |
| CONCLUSÃO | 81 |
| BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 81 |

PARTE I

INTRODUÇÃO

O recurso à guerrilha num conflito militar é normalmente iniciativa do lado que está em inferioridade material, e que portanto tenta controlar as condições do combate para aumentar a sua vantagem. Grandes exércitos, bem organizados, apoiam-se habitualmente na organização e numa dimensão superior à dos seus oponentes para serem bem sucedidos. Forças militares mais reduzidas que não possam garantir nenhum desses factores têm, ainda assim, hipóteses de minimizar a influência da vantagem numérica e organizacional. Uma dinâmica de pequenos ataques, erráticos e impossíveis de prever, baixa a moral dessas tropas e da frente interna, provoca o desperdício de forças por parte das mesmas, e eleva a moral das forças empenhadas em conflitos irregulares mesmo que não tenha grandes efeitos práticos.

Por outro lado, sem uma cadeia logística bem organizada, estas forças dependem maioritariamente do apoio popular para se sustentarem. Resulta daqui que têm, em primeiro lugar, que ter a simpatia das populações do terreno em que combatem. Este factor é essencial, uma vez que não só garante que os guerrilheiros têm o apoio dos locais (facilitado pelo seu normal conhecimento prévio do terreno e pela possibilidade de fornecer víveres) como lhes garante uma ampla base de recrutamento, uma vez que, havendo uma boa relação com a população, esta tem motivos para ver o grande exército, que luta por objectivos alheios aos seus, como um inimigo ou invasor. Todas estas considerações se aplicam ao estudo de caso em apreço.

Retirar aos guerrilheiros o apoio popular é, nas palavras de um antigo combatente português entrevistado no âmbito desta dissertação, “tirar-lhes o pão da boca”, não sendo assim de espantar que a manobra das populações através de acções de propaganda, manipulação psicológica e apoio social tenha seja uma componente bem explorada em qualquer guerra deste tipo, e a Guerra Colonial Portuguesa não é excepção. A Acção Psicológica do Exército Português, referida normalmente como APsic ou Psico, absorveu a grande maioria dos fundos dedicados à guerra em África,

com fontes como John Cann a apontar valores próximos dos 80% do orçamento militar (Cann 1996: 277). Esses fundos seriam gastos colocando em marcha acções de apoio e construindo infraestrutura destinadas a demonstrar às populações nativas dos territórios ultramarinos de que as autoridades coloniais estavam do seu lado, conquistando os seus corações e mentes (Stirrat 2008: 416) e compelindo-as a não dar apoio aos movimentos de libertação que lutavam pelo fim do regime. Sem mantimentos, esconderijo ou pool de recrutamento, as forças independentistas estariam condenada ao fracasso.

Esta acção faz parte de uma campanha mais abrangente de reforma, mesmo que maioritariamente estética, do colonialismo português (Pereira 2005: 41). Esta campanha, posta em movimento pelo regime do Estado Novo, tinha como objectivo mostrar não só à população africana das colónias mas também à comunidade internacional as boas intenções dos portugueses em África. Estas mudanças precederam a guerra, e mesmo a APsic propriamente dita em alguns anos, podendo ser enquadradas no período de 1959 a 1963, marcado pela crescente influência de Adriano Moreira sobre o Ministério do Ultramar (de que se tornará ministro em 1961). O fim do regime do indigenato, que poria também um fim às culturas obrigatórias e outras medidas discriminatórias, teria como efeito, além das melhorias humanitárias, um certo apaziguamento das populações, mas a história mostrou que esta acção reformista ou não foi suficiente ou chegou demasiado tarde para surtir efeito.

A onda de descolonizações nos países vizinhos já tinha alertado as autoridades portuguesas para a chegada de ventos de mudança, e as Forças Armadas Portuguesas não estavam de costas voltadas para o mundo: tinham aprendido lições importantes com as experiências de outros países, sobretudo a dos franceses na Argélia e a dos americanos no Vietname. Havendo alguma especificidade cultural associada à forma de luta, há também um sentimento de união forte entre países colonizadores que partilham objectivos comuns.

À medida que o Reino Unido, a França e a Bélgica iam concedendo independência às suas colónias (mesmo que mantendo, por questões de dependência, algum grau de controlo político ou económico), os últimos bastiões das minorias brancas em África viam-se cada vez mais isolados e ameaçados por uma eventual

revolta ou insurreição, apoiada por uma ou outra potência. Estabeleceram-se, por isso, pontes para a partilha de experiências dos que lutavam contra o fim do colonialismo. Houve contacto militar nos dois sentidos – incluindo apoio militar directo, como aconteceu com a intervenção da Força Aérea Sul Africana no sul de Angola (Barroso 2018) – e pode-se afirmar que a forma portuguesa de fazer a guerra teve, em parte, semelhanças com as estratégias e táticas de outros países em conflitos contemporâneos. Porém, conforme Cann argumenta, teve também aspectos mais particulares.

Cann refere-se a essa síntese de estratégias, táticas e doutrinas – de origem interna ou estrangeira – usada pelas forças militares coloniais durante o conflito como “o modo português de fazer a guerra” (Cann 1996: 25), termo que por uma questão de simplicidade será usado, nesse sentido, ao longo desta dissertação. Este termo não implica uma singularidade da actuação portuguesa que a destaque da de outros países, mas uma adaptação às realidades concretas do terreno que provocou respostas diferentes a um mesmo problema geopolítico, uma motivação histórica comum.

O mundo do pós-segunda guerra mundial, assombrado pela ideia de destruição mútua assegurada - consequência de qualquer ataque nuclear ser detectado a tempo de um contra-ataque semelhante - leva a que os confrontos entre estas superpotências se comecem a manifestar como conflitos entre países ou forças não oficiais de lados opostos, organizados em “blocos” – são as *proxy wars*, ou guerras por procuração, características da Guerra Fria, em que nunca há confrontos directos entre grandes forças militares. Este factor, juntamente com o despertar de uma consciência anti-colonial, faria com que as lutas pela independência pudessem ser conflitos intensos e participados por partes interessadas provenientes do contexto local – neste caso, as nações africanas independentes de um lado ou países regidos por minorias brancas como a Rodésia e a África do Sul do outro – ou globais, como os EUA, a URSS ou a China.

O liderança do Exército Português, que estava desde o início dos anos 50 a desenvolver um esforço de modernização e adaptação às doutrinas de guerra da NATO, que tinha integrado recentemente, focou-se então no desenvolvimento independente de doutrinas militares de contra-insurreição, que começava a ser

identificada, pelos factos acima descritos, como um risco muito mais real, se não mesmo expectável, nas colónias. Este tipo de luta teria algumas especificidades a nível de estratégia e tática, forma de combate e organização militar, mas a maior diferença estaria na relação com os civis, pensados como parte do integrante terreno, a mais importante para uma campanha bem sucedida (Oliveira 1962: 27). Este aspecto já tinha sido explorado noutras insurreições, mas o ênfase posto nele pelo Estado Maior do Exército (EME) tornou a Guerra Colonial num caso único (Cann 1996: 26).

Este foco na população é uma consequência de outro aspecto do *portuguese way of war*. Um dos aspectos mais relevantes foi a mimetização das lógicas subversivas, permitindo prolongar a guerra para lá do que de outra forma seria possível a um país com poucos meios e, jogando o jogo da guerrilha, vencer os movimentos de libertação por desgaste sem nunca despende mais verbas do que as estritamente necessárias (*idem*). Isto levou à divisão das forças terrestres em dois tipos. O primeiro eram as Tropas de Quadrícula, forças não especializadas que compunham a larga maioria dos militares do exército, e cuja função passava por manter um contacto positivo com a população e garantir que não se verificava actividade inimiga na zona sobre a qual tinha jurisdição. O outro eram as Tropas de Intervenção, mais bem treinadas e equipadas (e portanto mais dispendiosas) e cuja função era suportar o combate pesado.

Assim, o dia de um militar de quadrícula tinha menos de combate que de contacto com civis, sendo o seu objectivo mostrar-lhes uma presença forte mas, ao mesmo tempo, benevolente: em *A Batalha da Certeza*, um dos manuais de guerra psicológica, o tenente-coronel Hermes de Araújo Oliveira declarava que

“[as populações africanas] Admiram [...], sem dúvida, a força, mas a força isenta de violência e de injustiça. Quando afirmamos que a força sem justiça é prepotência e justiça sem força é impotência, podemos estar certos que, mais ainda do que nós, elas têm o sentimento profundo do real significado e do verdadeiro alcance de tal afirmação.”
(Oliveira 1962: 84)

Da mesma forma T., um dos interlocutores do estudo, afirmou que “Fomos para lá lutar e eles sabiam, mas também foi quando lá chegámos que perceberam que havia portugueses que se importassem com eles.” Este seria o grande foco da APsic, que converteu a presença militar nas províncias ultramarinas numa operação humanitária e de doutrinação sobre as vantagens da aceitação do poder português.

Esta acção teria vários aspectos diferentes, interligados entre si. Um dos mais importantes foi a questão dos aldeamentos, em que a população era levada para uma zona sob controlo militar para dificultar contactos com os guerrilheiros e promover uma aproximação às tropas portuguesas. A agricultura, ocupação da maior parte da população, foi modernizada, numa tentativa de melhorar as condições de vida, e criaram-se programas educativos sobre esse tema para espoletar um crescimento próprio.

Para conseguir disseminar esse conhecimento, promoveu-se o ensino do português, medida que teve como objectivo melhorar a comunicação entre locais e militares portugueses, inculcar um espírito de modernização e de aceitação do modo de vida português, levando os “nativos”¹ a aceitar e até requisitar mais medidas semelhantes, e criar um sentido de identidade local em regiões de comunidades etnolinguísticas bastante dispersas. Havendo algum ensino por militares em “escolas de campanha”, criou-se infra-estrutura para, a longo prazo, promover a alfabetização.

No campo da saúde deu-se um movimento semelhante. Os militares davam apoio médico à população, no decurso normal das patrulhas, mas também se procedeu à construção de hospitais e postos médicos para usufruto da população. Este esforço seria permitido por uma campanha de construção e melhoramento de vias de comunicação, que também facilitariam a vida nos novos aldeamentos e a utilização das áreas agrícolas modernizadas.

Obtendo a simpatia local, as forças armadas esperavam atingir vários objectivos. Desenvolvendo a infra-estrutura do terreno, teriam uma prova de

¹ Designação utilizada à época em documentos e recorrente no discurso de alguns informantes

desenvolvimento que permitiria abafar críticas vindas dos meios internacionais ao mesmo tempo que agradaria aos nativos, que, idealmente, além de retirarem o apoio aos guerrilheiros, apoiariam os portugueses, da mesma forma, diminuindo o stock de recrutamento das primeiras, aumentariam o dos segundos (Afonso e Gomes 2000: 446).

Os locais, no seu próprio meio, poderiam providenciar às forças armadas um manancial de informações, mão de obra, e mesmo de recrutamento, se se implementasse de facto a ideia de que Portugal era uma nação pluricontinental e plurirracial onde brancos e negros podiam ser irmãos. A materialização destes objectivos no terreno dependeria, como em qualquer conflito, da acção dos combatentes.

O que é particular às acções psicossociais é que em vez de se eliminarem forças inimigas sem causar danos colaterais na população civil interessa sobretudo a preservação da opinião popular. Isto obriga a uma alteração profunda da lógica de toda a cadeia militar e da própria mundivisão de cada militar, cuja acção teria então um efeito directo no terreno humano que pretendia conquistar. Este objectivo seria trabalhado por uma outra vertente da APsic, virada não para fora mas para dentro do próprio exército - tentava actuar sobre cada oficial ou soldado português.

A forma como cada combatente construía o seu meio humano envolvente – militares e civis, colonos e colonizados – seria então determinante para o sucesso de cada operação, uma vez que, se visse cada africano como um potencial inimigo, teria mais tendência a atacá-lo, ou pelo menos a ter uma reacção que deteriorasse as relações com as populações locais em vez de as melhorar. De acordo com Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, além da dimensão de melhorias de vida, a Acção Psicossocial passaria pela já referida difusão de propaganda externa, dirigida aos guerrilheiros ou civis locais, e também pela difusão de propaganda interna, essa mesma acção dirigida aos combatentes portugueses (Afonso e Gomes 2000: 262).

Sendo factores fundamentais no desenvolvimento de uma campanha e, na prática, difíceis de controlar, as acções quotidianas dos soldados e a mundivisão que as orientam representam, em conjunto, um objecto de estudo interessante, porém mal documentado. Isso deve-se, em primeiro lugar, à dificuldade de encontrar actos

considerados inaceitáveis pelas regras da guerra moderna² em registos oficiais e, segundo, à dificuldade em estabelecer a causalidade dos acontecimentos no terreno, sendo possível que estes tenham sido resultado de ordens superiores ou acções espontâneas.

Assim, para interpretar o relato de um combatente, importa perceber o *mindset* que lhe subjaz, orientado durante o treino para que de futuro seguisse espontaneamente as disposições da APsic, por exemplo a nível da imagem a manter dos locais (Oliveira 1962: 53), sendo este o objectivo principal desta dissertação. Isto deve ser aplicado ao longo da cadeia de comando, tanto a altas como as baixas patentes: estas últimas, apesar de não terem um papel decisório, poderiam deixar visões negativas sobre a população africana afectar o desempenho da campanha por ter menor contacto com a teoria proposta pelo EME. Este risco é considerado muito real mesmo na actualidade, sendo objecto de instrução em manuais militares, por exemplo, da NATO:

“However, as the paragraph on doctrine makes clear, the formal structures, organisations and personnel are not the only means of conducting CIMIC [civil-military cooperation] functions: each soldier that has an inter-action, whether a deliberate or a chance intervention, with a civilian, has the capacity either to reinforce the CIMIC doctrine, or to undermine it significantly, through a deliberately hostile act or, more likely, an unintended offence or hurt. As such, all troops to be deployed should have at least a minimal briefing on the CIMIC function and the set procedures they should adopt to assist the mission.” (Civil-Military Cooperation Centre of Excellence 2012, Anexo 2-1).

Se um militar português visse cada africano como um potencial inimigo teria mais tendência a atacá-lo, ou teria pelo menos uma reacção que deteriorasse as

² Como, por exemplo, as Convenções de Genebra

relações com as populações locais em vez de as melhorar, perdendo assim “terreno humano”. Consciente disto, o EME percebeu que a forma como cada combatente percepcionava a situação que vivia e o ambiente humano que o rodeava era o factor mais determinante para o sucesso de cada operação. Esta abordagem de “reeducação dos espíritos” era muito mais eficaz do que uma acção de policiamento das acções, por várias razões - não requeria atenção constante, não dava azo a tantos deslizes e seria mais duradoura.

Pode-se até afirmar que a APsic, estando associada a uma altura formativa de cada militar, modelou permanentemente os discursos de cada um dos sujeitos. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault descreve como o exército da era moderna e contemporânea assenta numa docilização dos corpos, numa disciplinarização dos espíritos que, para os submeter a um dado poder, modela os indivíduos no seu âmago para a vida (Foucault 2004: 117). Esta terminologia aparece mesmo no material da época, como em *A Batalha da Certeza*. (Oliveira 1962: 54).

Assim, embora a guerra tenha acabado há quase 50 anos, os ensinamentos da APsic - bem como outras marcas, essas bem mais traumáticas e negativas - continuam vivos em cada sujeito tocado por ela. A sua aplicação e eficácia podem ser estudadas através deste mecanismo, analisando a imagem que cada combatente tem dos “nativos” e os discursos que mantém sobre os mesmos. Estas são, como foram, o produto final da acção psicológica, que ainda hoje poderá ser analisada através de contactos e entrevistas, e que paralelamente poderá informar algumas dinâmicas da sociedade portuguesa contemporânea, pós-colonial.

Um objectivo deste projecto foi, então, explorar os discursos e representações dos africanos pelas tropas portuguesas e explorar a acção da APsic sobre as mesmas – verificando, por exemplo, se a imagem que cada combatente manteve da população das então colónias é coincidente com a da doutrina oficial. Adicionalmente, explorou-se a acção dos militares no terreno através das suas memórias, mesmo que, como será discutido mais à frente, esta abordagem tenha benefícios mas também problemas associados. O terreno deste projecto foram, então, os “corações e mentes” dos ex-combatentes, para estudar as marcas duradouras que a APsic conseguiu criar e que, assim, ainda estarão presentes, passados perto de 60 anos sobre o início do conflito.

As abordagens à memória, com todos os seus problemas, será ainda assim o meio mais adequado de estudar o que não ficou nos registos e de recriar o terreno em que a acção se passou.

O clima político que se viveu após o fim da guerra, resultado do golpe de estado que pôs fim ao regime estado-novista, levou a que a multiplicidade de experiências cristalizasse na memória dos indivíduos e dos grupos de forma diferente. Para isto contribuiu a diversidade de vivências e características dos diversos teatros, a atitude face à justificação da guerra e a proximidade ideológica ao novo regime. Sabendo, de Enzo Traverso, que a codificação da memória se processa de forma diferente consoante a envolvência social dos sujeitos, será de esperar uma predominância de memórias fortes, isto é, as que são suportadas pelas instituições e as que mais se lhe assemelham (Traverso 2012: 71).

Sendo verdade que se estabeleceu uma distinção entre história e memória, em que a segunda se caracteriza por ser subjectiva, também é verdade que a soma dos contributos pode transcender as “falhas” na interpretação individual do passado. As diferenças e semelhanças na memória dos sujeitos, bem como no seu discurso, farão de crivo no processo de escrever uma história comum a todos os actores. Por outro lado, as faltas no discurso - os silêncios e as omissões - não serão vistos como lacunas na história, mas como elementos reveladores de momentos que se quiseram apagar. “O tempo sara as feridas”, mas algumas memórias podem, e vão, alterar a forma como cada sujeito interpreta o que o rodeia, sendo importante interpretá-las enquanto acontecimentos traumáticos que levam a uma distanciação de um acontecimento real, indicando a sua importância. Finalmente, um contacto contínuo levará ao estabelecimento de uma relação mais profunda, de reforço de uma confiança que permitirá perceber melhor acontecimentos longínquos, em que relatos, por vezes da mesma pessoa, parecem entrar em dissonância.

Além de usar a Antropologia para compreender a Guerra, esta dissertação tem um outro objectivo: explorar o envolvimento da comunidade antropológica nas políticas coloniais do período final do Estado Novo, nas quais a APsic se insere. Apesar de a Guerra Colonial ser um tema politicamente carregado desde o seu início até à actualidade, com temas como o comportamento dos combatentes e os efeitos

duradouros do conflito a surgirem regularmente nas esferas de debate público, só recentemente começou a despertar a atenção da comunidade antropológica. Contudo, há uma relação entre a disciplina e este conflito, já que houve um envolvimento de antropólogos portugueses nas acções de compreensão colonial do fim do império, estando uma última parte desta dissertação focada na relação entre a antropólogos e militares nesse período.

Esta tese analisa assim, além dos resultados humanos da APSic, o conhecimento antropológico que esta utilizou. Importa compreender esta relação, mesmo que através de exemplos históricos, uma vez utilização de conhecimento académico pelas forças armadas não é nova mas se tem vindo a tornar mais relevante pela emergência da quarta geração da guerra moderna, termo proposto em 1989 por um grupo de analistas militares norte-americanos (Lind et al. 1989). Os autores, que dividiram o conflito armado desde o aparecimento das armas de fogo em quatro gerações, caracterizam a última por um nível baixo de rigidez organizacional e mais independência, mas também coordenação, de grupos pequenos; menos dependência de uma cadeia logística complexa; ênfase na agilidade das tropas e não necessariamente no poder de fogo e, finalmente, ênfase no desgaste, e não necessariamente na eliminação, de tropas inimigas.

Estas características não implicam que a guerra passe a ser conduzida por forças não estatais, mas o facto de o facilitarem leva muitos grupos independentes a lutar pelos seus próprios interesses, mesmo que apoiados por potências externas, e, ao mesmo tempo, pelas populações locais. As características das guerrilhas têm a vantagem de providenciar mais hipóteses de sobrevivência a pequenos grupos, e Lind et al. argumentam que foi esta mudança que lhes deu possibilidade de lutar com sucesso, quando anteriormente a vontade podia existir mas não tinha uma forma de se concretizar.

Esta mudança é apresentada como um perigo pelo grupo de análise, uma vez que retira ao estado moderno o monopólio da violência, obrigando os estados a procurar novas formas de defesa para evitar o conflito de todos contra todos. Como mostra a popularização do termo “terrorismo”, as fronteiras entre frente e retaguarda, civil e militar e mesmo guerra e paz começaram - e continuam - a esbater-se, o que fez

com que mais do que atacar os guerrilheiros seja importante eliminar qualquer estrutura que suporte esforços armados independentes de um estado. Uma das formas de fazer isto passa pela política internacional, pressionando estados externos a suspender o apoio. A outra, objecto desta dissertação e mais directa e exequível para países com pouco poder representativo, é trabalhar as populações para não darem apoio aos guerrilheiros.

A experiência da Antropologia neste campo mostra como estas mudanças na forma como o poder é exercido, combatido ou manipulado a tornaram a ela mesma numa arma, pelo que urge compreender estas dinâmicas não só para explicar o mundo, mas para perceber os perigos que a disciplina corre ao empreender esses estudos numa fase em que se tornam mais relevantes.

CAPÍTULO 1 - UM ESTADO DA ARTE

Apesar de o debate público sobre a Guerra Colonial ter sido, durante algum tempo, um assunto pouco debatido, tem surgido cada vez mais literatura focada no tema. Esta dissertação foi composta com recurso à literatura académica, que para efeitos de classificação foi dividida em quatro categorias: análise histórica, onde se procurou uma contextualização do problema; análise militar, que definiu o problema em estudo; análise antropológica, que orientou a construção do estudo e permitiu ultrapassar obstáculos metodológicos; e análise de fontes, que permitiu perceber, em primeira mão, como o assunto era discutido à época, para ser analisado paralelamente ao contributo dos interlocutores.

A definição do problema na História

A análise histórica baseou-se, não exclusivamente mas fortemente, em duas obras principais. A primeira, intitulada *Guerra Colonial*, é, 20 anos passados sobre a sua publicação, a grande obra de referência sobre o conflito. Ao longo de quase 650 páginas, tentam-se abordar o conflito tema a tema, dedicando a cada aspecto do mesmo - contextualização política, estratégias militares ou acções de combate e psicológicas - um curto texto que permite percebê-lo de forma geral. Não aprofundando nenhum dos temas, serviu de carta de navegação durante a construção da estrutura da dissertação e no contacto com os interlocutores, muitos dos quais estavam familiarizados com a obra.

A própria inserção da acção psicológica no contexto geral foi orientada por esta obra, que marcou a definição do que se estava a estudar: uma acção central no conflito, à qual foram alocados a maior parte dos recursos do orçamento militar, e que não era um corpo monolítico mas uma ofensiva focada em três objectivos diferentes: garantir o apoio da população, reduzindo o apoio dado ao inimigo transferindo-o para

as nossas tropas; aumentar o moral das mesmas, e, finalmente, reduzir o dos oponentes. (Afonso e Gomes 200: 268)

Os ex-combatentes que conhecem a obra têm-na em boa estima, não havendo grande dissonância entre o discurso que mantiveram durante o contacto e o livro. Isto não é surpreendente, uma vez que os autores, Aniceto Afonso - Director do Arquivo Histórico Militar - e Carlos de Matos Gomes - investigador de História Contemporânea de Portugal - são também militares e participaram activamente no conflito, podendo-se afirmar que o livro, apesar do rigor e imparcialidade que tenta manter, foi escrito, de certa forma, com conhecimento de causa na primeira pessoa.

A segunda grande referência é também composta por um militar, este mais distanciado do conflito: John Pearce Cann. Este antigo oficial-aviador da Marinha norte-Americana, depois encarregado de políticas militares em vários governos americanos, construiu o seu portefólio em operações especiais e conflitos de baixa intensidade com vários estudos sobre a Guerra Colonial, dos quais sobressai a sua tese de doutoramento: *Portuguese Counterinsurgency Campaigning in Africa 1961-1974: a Military Analysis*.

Desta obra, marcada pelo detalhe da análise que empreendeu, permitindo complementar *A Guerra Colonial* pelo seu âmbito e objectivo, destaca-se um conceito operacional que permitiu analisar a Acção Psicossocial enquanto objecto de estudo: o *portuguese way of war*, ou uma forma especificamente portuguesa de lidar com um conflito subversivo. O autor argumenta que o que distinguiu a acção portuguesa nas colónias de outros conflitos semelhantes, como a guerra na Argélia ou a guerra do Vietname, foi que a acção contra as guerrilhas independentistas, no primeiro caso, ou pró-unificação, no segundo, foi uma mimetização dessa forma de guerra para permitir diminuir os custos associados a uma intervenção intensa e maciça.

Cann afirma que apesar de apesar de a saturação gerada por um conflito de 11 anos ter acabado por derrubar o regime, dando aos revoltosos a independência por que lutavam, teve efeito por existirem outros factores políticos que se foram acumulando, ao mesmo tempo, o resultado, tanto em termos de investimento ou vidas humanas perdidas, foi muito inferior que o de grandes exércitos, como o francês ou o americano, em conflitos semelhantes (Cann 1996: 20). Pode-se falar, então, de

uma maior eficácia na condução do esforço de guerra. O autor argumenta que a Acção Psicológica foi uma parte importantíssima da guerra, algo que reforça a importância desta obra para este projecto.

Nela, definiu em termos qualitativos e quantitativos a acção psicossocial do exército, sendo essencial para definir o seu âmbito e alcance. Esta obra evidencia a centralidade dessa acção, mostrando, porém, como não era um componente isolado da guerra mas uma necessidade dispersa que controlava todo e qualquer passo dado pelas forças armadas. Esta acepção de uma A Psic enquanto manto que cobria toda a acção militar portuguesa foi importante para detectar, tanto em documentos históricos como no discurso dos interlocutores, acções psicológicas que, sendo apenas detalhes em acções de combate, não seriam detectadas de outra forma. Além disso, citando uma dedicação de quase 80% do total do orçamento militar a estas acções³ (Cann 1996: 277), evidenciou a importância que lhe dedicaram as chefias militares.

Finalmente, puderam-se comparar as observações mais teóricas de Cann com observações, a uma micro-escala, no terreno. De certa forma, está aqui o grande objectivo deste estudo: perceber, na prática, como foram aplicados os manuais de acção psicológica para poder perceber as políticas apresentadas em detalhe, mas de forma mais teórica e obtida, quando não a partir de arquivo mas de interlocutores, de chefias que teriam menos contacto com o terreno (Cann 1996: 4). O mesmo é válido para outras duas obras, uma do mesmo autor, e outra de Fernando Cavaleiro Ângelo – autor militar e especialista em informações - com o mesmo título: os Flechas. Estas obras analisam um aspecto particular das políticas de contacto com as populações africanas que caracterizaram o período final do colonialismo português: os Flechas.

Este corpo de elite foi pensado com vários objectivos, entre os quais o de explorar tensões étnicas, inicialmente no sueste angolano, mais tarde nas outras colónias africanas, sendo também uma forma de captar mão de obra africana para ajudar no esforço de guerra. Os Flechas são particularmente relevantes para este

³ Entenda-se a presença da Tropa de Quadrícula no terreno e a campanha de desenvolvimento de infraestrutura, educação e saúde que mantiveram, por oposição a acções puramente de combate como as que eram atribuídas às restantes forças.

estudo pelo estatuto a que elevaram as capacidades da acção psicológica, ou seja, tornaram-se num dos corpos de combate mais temidos da guerra e, ao mesmo tempo, eram recrutados localmente, reduzindo o esforço na metrópole e não arriscando tanto a imagem dos soldados europeus. Apesar do afunilamento do alcance destas obras, que foram particularmente importantes para a avaliação da importância da Antropologia na guerra, continuam a adoptar uma perspectiva mais distanciada do terreno, algo que o método etnográfico tenta contrariar.

Assim, tendo um âmbito mais específico, pode-se afirmar que este projecto foi preparado em estreita articulação com o destas obras, cujo objectivo passa por delinear a “forma portuguesa de fazer a guerra” e compá-la às macroestratégias militares de outros países. O que se tenta expor nesta dissertação é a microanálise de um dos seus componentes, sobretudo dos factores que mais puderam afectar a sua implementação. Entra, aqui, a necessidade de compreensão de teoria militar para compreender em termos teóricos o que era feito no terreno, não apenas a nível de acções psicossociais mas também das suas implicações no terreno de combate.

Teoria militar

Dadas as características particulares das guerras subversivas, como a que os movimentos de libertação travaram contra as tropas portuguesas - sobretudo a relevância das acções psicossociais na manutenção do apoio popular, essencial neste tipo de conflito - a pesquisa sobre teoria militar incidiu particularmente em guerra assimétrica. Se a compreensão das necessidades de um exército irregular é importante - como comprova a recomendação de leitura de escritos de líderes comunistas feita por interlocutores, que as leram como preparação para as saberem enfrentar durante a guerra - é ainda mais relevante compreender, em primeira mão, as orientações dadas aos oficiais no terreno pelo Estado Maior do Exército português. Destaca-se, neste aspecto, *A batalha da certeza*, de Hermes de Araújo Oliveira, um dos principais estrategas da resposta portuguesa.

O autor, tendo tido formação militar especializada com o exército francês (<http://www.castroesilva.com/store/sku/1701PG051/guerra-revolucionaria>), dedicou-

se ao estudo das teorias da guerrilha para compilar alguns dos manuais mais difundidos, e que mais ficaram na memória dos interlocutores, usados pelas Forças Armadas Portuguesas. Apesar de escrito num registo emocional e quase sensacionalista, explica claramente vários conceitos importantes, começando por definir o que se está a combater: a Guerra Revolucionária e a Guerra Subversiva. Distinguindo entre as duas, afirma que a primeira é o resultado das doutrinas marxistas-leninistas transpostas para o campo militar, e a segunda o que mais vulgarmente se conhece como guerra de guerrilha, uma sucessão de ataques esporádicos e erráticos em que o objectivo é mais destruir a moral do inimigo do que as suas forças propriamente ditas. Mesmo que estejam associadas, é este segundo aspecto que importa focar, compreender, e eventualmente combater.

Havendo uma definição do problema, passa-se à explicitação das suas características. Oliveira destaca desde o início a centralidade da população, notando que é, de facto, o factor mais importante neste tipo de guerra. Para o autor, “A população é não só o objectivo da guerra subversiva mas também o terreno em que esta se desenvolve” (Oliveira 1966: 27), algo que vai sendo repetido ao longo de quase 600 páginas de instrução de contra-insurreição. Quando, depois de ter a definição do problema completa, inicia a parte mais dirigida do livro - as instruções de combate propriamente ditas - relembra constantemente aos instruendos que, mais do que o mato ou a savana, são as mentes da população que têm que ser conquistadas.

A *Batalha da Certeza* teve um papel único na composição desta dissertação, uma vez que representou um dos documentos mais importantes para a criação do objecto de estudo, de certa forma, é mesmo uma parte do objecto de estudo. Sendo o manual usado pela maior parte dos interlocutores, permitiu perceber, mais imune às armadilhas da memória, o que era ensinado aos recrutas antes de serem enviados para o terreno. No geral, não houve grande dissonância, permitindo validar tanto o livro como os interlocutores e reforçando a construção de uma base de pesquisa sólida, um arquivo sempre consultável do que era, em teoria, a APsic, sendo a contribuição dos interlocutores, em complemento, um testemunho da sua passagem à prática.

A confirmação da solidez deste manual foi dada pela comparação com um outro, do campo oposto: *Guerra do Povo Exército do Povo*, de Vo Nguyen Giap, o grande estratega do Norte durante a Guerra do Vietname. Este livro, citado frequentemente pelos oficiais ex-combatentes entrevistados juntamente com obras de Mao Tse Tung, serviu de base para a compreensão, em primeira mão, do que é uma guerra subversiva e quais são os princípios, caminhos e métodos e indicados pelos seus promotores. Estes livros foram importantes na definição do objecto de estudo desta dissertação - permitem compreender a que é que se estava a tentar responder - da mesma forma que serviram, em tempos, para os oficiais portugueses compreenderem o que estavam a enfrentar. A experiência vietnamita, como a chinesa, revelam que as bases operativas tanto da subversão como da contra-insurreição são as mesmas, dando os dois lados primazia ao terreno humano.

Giap refere, repetidamente, a necessidade de educar o povo para que este compreenda a necessidade de se emancipar através das armas. Este argumento, remanescente do pensamento anti-colonial de Frantz Fanon (Fanon 1968), tem mais a ver com o conceito de Guerra Revolucionária que de Guerra Subversiva, mas relaciona mais uma vez os dois conceitos por sugerir este tipo de acção como maneira de galvanizar o povo e de o tornar menos susceptível a apoiar os americanos. Reconhecendo um paralelo com a situação nas colónias portuguesas, o EME analisa esta literatura, que muitas vezes foca as dificuldades francesas e americanas no Vietname, para tirar várias lições importantes.

Uma das mais importantes prende-se ao facto de os movimentos de guerrilha terem mantido a sua própria acção psicossocial. Giap vê na proximidade à população uma das grandes razões do sucesso das suas forças, apontando três grandes máximas que permitiram este resultado: “Respeitar o povo, ajudar o povo, defender o povo”, não descurando a necessidade de endoutrinação para manter o moral (Giap 1976: 69). Mao faz afirmações semelhantes, apontando um esforço desejável de 70% de propaganda e 30% de manobras militares neste tipo de guerra (Afonso e Gomes 2000: 262).

Além deste factor, decisivo para oficiais portugueses que fazem a guerra, há outro argumento de peso para que analisem - e portanto, neste estudo, sejam

analisadas - as leituras “do outro lado”: Giap afirma que são importantes palavras que captem as mentes - algo que a propaganda portuguesa vai sempre fazer, atraíndo os africanos com a ideia de uma nação pluricontinental e plurirracial a que, como os outros portugueses, pertencem - mas também meios práticos que permitam falar com os actos, que as complementem (Giap 1976: 135). Encontra-se vulgarmente a imagem de um isqueiro da época com a inscrição “Let me win your heart and mind or I’ll burn your god damn hut down”, prova de uma acção psicossocial levada a cabo com o intuito de atrair os locais vietnamitas mas que falha redondamente. A presença americana no Vietname é marcada pela brutalidade e tanto não há um programa de desenvolvimento local, como o que foi aplicado nas colónias portuguesas, que combata essa imagem, como parece não haver cuidado na instrução das tropas. Esta falha na aplicação da acção psicológica dos EUA, juntamente com factores socio-culturais como a existência de uma nacionalidade vietnamita forjada em períodos de luta e independência, faria com que a presença americana fosse sempre contestada e até ter um fim com a retirada das últimas tropas em 1973.

Possibilidades antropológicas

Um dos maiores contributos deste estudo para a compreensão da Acção Psicossocial do EME está intimamente ligada a esta questão. Ao construir conhecimento através da participação dos interlocutores, sobretudo ao longo de vários contactos em que se vai estabelecendo uma relação de confiança, consegue-se criar uma compreensão do tema mais profunda que a permitida por trabalho de arquivo, abrindo caminho para uma nova avaliação de um tema raramente estudado por estes meios.

Permite, por exemplo, abordar as memórias do que aconteceu, de facto, no terreno, e não apenas o que se deliberou fazer. É conhecendo os discursos dos ex-combatentes que se percebe como a APsic os marcou e se absorveram, de facto, a sua mensagem, e é através das suas memórias que se pretende determinar como a encararam. A sua eficácia terá dependido em grande parte da sua postura no terreno,

o que faz com que estes contactos humanos sejam essenciais para avaliar correctamente a aplicação das medidas propostas pelo EME.

Isto dá aos interlocutores um papel proeminente na construção do estudo, uma vez que o terreno, hoje a uma distância superior a 50 anos, será reconstruído principalmente a partir das memórias dos combatentes. Não será, por isso, uma reprodução fiel do passado mas a sua própria conceptualização, ainda assim relevante por ter na sua origem o objecto de estudo deste projecto: as propaganda interna das acções psicológicas. Importa por isso falar em mutualidade na construção do conhecimento, no qual todos os entrevistados participaram activamente. Assim, estes serão designados nesta dissertação como *interlocutores* e não como *informantes*, para sublinhar essa mutualidade no desenvolvimento do estudo aqui descrito (Viegas e Mapril 2012: 515). Outro ponto importante a sublinhar em termos antropológicos é a importância do contacto prolongado na compreensão das memórias, mas antes do tratamento destes temas - entrevistas, contactos etnográficos e abordagens à memória - na secção adequada, a da metodologia, convém analisar instâncias dos seus usos em temas próximos. Tendo afirmado que não são comuns estudos de antropologia militar, é importante ressaltar que existem alguns, entre os quais o trabalho de Montgomery McFate.

Em *Military Anthropology: Soldiers, Scholars and Subjects at the Margins of Empire* (2018) a autora estabelece algumas regras para o estudo antropológico do conflito, difícil pela sua natureza (*idem*: 335) mas, principalmente, aborda o papel da disciplina no desenrolar dos conflitos, bem como o seu envolvimento nos mesmos. O primeiro tópico é explicado de forma bastante concisa na conclusão. Este capítulo foca a carreira militar de David Prescott Barrows, um antropólogo doutorado destacado para funções de comando durante a expedição americana à Sibéria que se seguiu à Revolução de Outubro. As necessidades do terreno levaram a que tivesse que desenvolver algumas guias de análise que hoje, como em 1918, se mostram relevantes para estudos de Antropologia Militar, tanto na Sibéria soviética como nas colónias portuguesas 50 anos depois.

O primeiro tema realçado por McFate é o *way of war problem*, que Cann já destaca na sua obra. Este conceito, estabelecido inicialmente por Barrows, é descrito

de forma teórica como a capacidade de adaptação das estratégias de um exército a um tipo particular de conflito, terreno, ou mesmo inimigo (McFate 2018: 320). Enquanto Barrows vê na estratégia americana de vitória rápida através de uma série de batalhas decisivas que têm como objectivo derrotar um inimigo mas não estabelecer uma nova ordem a razão do fracasso militar americano em 1918, Cann vê no *portuguese way of war* e na sua lógica, não focar a eliminação total do inimigo a curto prazo mas prevenir a sua proliferação num tempo longo, a razão do sucesso relativo das forças armadas portuguesas nas colónias. O modo de fazer a guerra fica assim validado enquanto conceito central, a ser correctamente implementado pela acção das forças no terreno. Este estudo foca, assim, o substrato prático sobre o qual a teoria pode ser levantada, e que pela sua interligação se torna um ponto central.

De seguida, McFate foca como tema os problemas levantados pela exportação de modelos culturais ocidentais, validando mais uma vez os pressupostos deste projecto. Apresentado como uma dificuldade, a autora ressalva que havendo algum cuidado na sua aplicação, e garantindo principalmente que não se entra em dissonância com as lógicas locais, é possível amenizar os problemas levantados. A actuação dos militares e, sobretudo, a limitação de interferência com os *nativos*, parece ser um factor importante mesmo quando, no plano macroscópico, o objectivo é exactamente implementar o poderio ocidental onde ele era fraco ou não existia.

Este factor já evidencia, só por si, a importância do comportamento dos militares no terreno, mas é ainda mais relevante quando combinado com o próximo tema: as *self-defeating praxis*, ou formas de implementação erradas que prejudicam a aplicação das medidas teóricas. O comportamento dos soldados é o exemplo central desta categoria, estando aqui a terceira validação dos objectivos do projecto. Finalmente, McFate analisa outros dois temas, o *problema da teoria social* e o dos *erros de percepção* que têm importância tanto na aplicação das políticas militares como na sua concepção, sendo particularmente importantes para estudar a articulação entre a Academia e o poder militar, temática central de *Military Anthropology*.

O *problema da teoria social* refere-se à dificuldade em estabelecer que factores de análise social são relevantes para o desenvolvimento de teorias militares, e os *erros*

de percepção são os desvios metodológicos ou observações erradas que podem levar a conclusões erradas. A autora aponta, entre outros problemas, um bastante relevante para este projecto: a falta de um entendimento comum do que é a cultura entre militares, antropólogos e administradores coloniais formados na área. Por um lado, uma noção excessivamente fluída dessa noção dificulta a sua aplicação pelos militares no campo, por outro, a reificação do conceito de cultura e a sua compreensão como um corpo monolítico leva a que se caia no risco de sobresimplificação, seja para os militares seja para os antropólogos. Este risco continua a ser real mesmo após o repensar pós-moderno do conceito de cultura, mas seria mais elevado em períodos anteriores (*idem*: 25).

Apesar de a ligação entre Antropologia e forças militares de segurança ser muitas vezes rejeitada por sectores da Academia que defendem a neutralidade da disciplina em conflitos de poder, esta acontece regularmente desde os primórdios da disciplina (*idem*: 37), fazendo com que estas análises sejam essenciais para compreender a dinâmica dos conflitos em que foi aplicada. A Guerra Colonial é um destes casos, conforme demonstra o caso dos Flechas, abordado nesta dissertação na secção dedicada não ao estudo Antropológico do conflito mas à utilização da Ciência na guerra.

Outra obra de John P. Cann, *Os Flechas* (2018), foi central na compreensão não só deste corpo paramilitar, um dos resultados mais bem conhecidos da APsiC portuguesa, mas também do papel da Antropologia durante a Guerra Colonial - os Flechas resultam de uma ideia de Manuel Pontes, que tinha estudado Etnologia no ISCSPU⁴. Esta leitura foi acompanhada da já citada obra com o mesmo título (2017) de Fernando Cavaleiro Ângelo, que tendo um âmbito mais fechado em teorias da informação do que em História permitiu perceber certos aspectos operacionais dos grupos.

⁴ Manuel Pontes era, à época, o administrador colonial no distrito do Cuando Cubango. O posto que ocupava tinha como requisito a obtenção de um curso superior de administração colonial leccionado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), que incluía no seu currículo Etnologia.

Outra referência nacional sobre o tema foi o trabalho de Tiago Matos Silva. Na sua pesquisa antropológica ainda em curso, faz algumas referências aos Flechas e ao seu estudo. Contudo, o tema central do investigador são os Comandos, as forças especiais do exército, que nesta dissertação são objecto de uma análise própria por o trabalho de arquivo ter sugerido que a sua ligação com a APsic seria muito diferente da das tropas “normais”. Uma vez que o acesso a estas tropas foi difícil, a investigação de Silva foi essencial para a compreensão da sua ligação às acções psicológicas, complementando um número mais reduzido de entrevistas a Comandos.

Esta dificuldade não foi uma surpresa, uma vez que essa dificuldade já tinha sido expressa no trabalho do investigador (Silva 2012: 84). Assim, a contribuição do autor é dupla uma vez que além de explorar uma dimensão mais teórica também tem um aspecto mais metodológico que contribuiu para a preparação deste estudo. Este assunto será tratado no capítulo seguinte, dedicado à metodologia que subjaz a este estudo.

CAPÍTULO 2 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O trabalho em questões distantes no tempo requer uma abordagem que a metodologia clássica da Antropologia não permite fazer facilmente, pelo que o trabalho de campo que sustentou a pesquisa não assentou em observação participante. Da mesma forma, a investigação foi mantida segundo o que Raymond Madden denomina *step-in-step-out ethnography*, em que os encontros com os interlocutores eram marcados consoante a sua disponibilidade e não aconteciam de forma contínua, como na forma mais clássica da Antropologia (Madden 2012: 79). O método etnográfico não se esgota, porém, nessa fórmula, e a maior parte dos contactos antropológicos consistiram em entrevistas, pelo que uma parte importante da preparação para o projecto consistiu no estudo desta técnica.

A entrevista

Apesar de a entrevista ser mais associada a outras ciências, como a sociologia, a entrevista pode ser utilizada em todas as ciências sociais (Burgess 1997: 111). A metodologia aqui aplicada foi definida a partir do trabalho de Robert Burgess sobre entrevistas em investigação social, em particular o que o autor apresenta como “uma conversa com um objectivo” (*idem*: 112). Este tipo de entrevista, a entrevista não estruturada, pode parecer mais desorganizado que o tradicional – uma entrevista estruturada que segue um guião e facilita a recolha de respostas já preparadas - mas dá ao investigador benefícios que o tornaram a ferramenta adequada a este projecto.

Em primeiro lugar, permitiu aligeirar as dificuldades no acesso ao terreno, por ter deixado os interlocutores mais à vontade. Dando-lhes mais autonomia e retirando a formalidade normalmente associada a uma entrevista, agravada pela diferença de idades entre interlocutor e investigador, permitiu que um grau de conforto suficiente para que pudessem recriar nos seus próprios termos um mundo que, muitas vezes, não querem, por uma razão ou outra, mostrar ou partilhar.

É certo que se cai aqui no risco de o mundo criado na memória dos ex-combatentes não ser exacto, mas além de se comparar o discurso de cada informante entre si e com as fontes de arquivo para determinar que memórias seriam, ou não, verosímeis, é importante lembrar que acima de tudo é necessário compreender a forma como a A Psic levou cada ex-combatente a organizar o discurso que actualmente mantém na explicação de determinado episódio relatado. É, nas palavras de Burgess, “determinar como é que os informantes organizam os seus conhecimentos [...] e discutir os significados de situações e dar-lhes uma oportunidade para comparar situações e acontecimentos no seu mundo” (Burgess 1997: 122).

Em segundo lugar, este tipo de entrevista tem a vantagem de permitir aos interlocutores expor temas que poderiam ser ignorados pelo entrevistador, o que é importante quando ainda há lacunas no conhecimento nesta área e se navega um terreno difícil. Certas questões, que dificilmente teriam sido perguntadas, foram respondidas pelos interlocutores sem sugerir sequer desrespeitar o à vontade que tinham, ou não, de abordar certo tema, garantindo que não se gerasse nunca um ambiente tenso. Isto permitiu salvaguardar certas considerações éticas, nomeadamente a de não requerer aos interlocutores memórias difíceis ou traumáticas que estes não quisessem tocar.

Finalmente, esta metodologia facilitou a recolha de dados. Uma vez que o trabalho de Tiago Matos Silva sugeriu a não utilização de gravador, tema a aprofundar numa secção mais prática da metodologia (Silva in Godinho, 2012: 85), o facto de os encontros etnográficos decorrerem mais como uma conversa natural do que como uma entrevista facilitou a consolidação das notas após os contactos, pois era possível estabelecer um fio condutor que ligava os temas que iam aparecendo. Dito isto, a classificação deste tipo de entrevista como *não estruturada* não quer dizer que não requeira bastante preparação, não só a nível do tema a discutir como das possibilidades de desenvolvimento do discurso, da validade dos dados recolhidos e da intervenção do investigador na conversa. Há, até, considerações a ter específicas à entrevista antropológica.

O trabalho de James Spradley foi basilar para a aproximação ao terreno, ou pelo menos para a definição do que fazer após o primeiro contacto. Para o autor, a

entrevista antropológica é um tipo particular de *speech event*, distinto tanto de uma entrevista normal como de uma conversa informal, mas com características das duas (Spradley 1979: 461). É, claro, uma entrevista, com o objectivo declarado de recolher dados para análise, mas não tem o carácter estrito de uma entrevista para, em primeiro lugar, não fechar demasiado a condução da conversa e, em segundo lugar, permitir ao interlocutor estar mais confortável sem a pressão de uma entrevista formal.

Assim, esta interacção é, em forma, semelhante a uma conversa amigável, em que os objectos de estudo etnográfico devem surgir de forma espontânea ou introduzidos espaçadamente de forma natural. Foi exactamente isto que se tentou garantir em todos os contactos, objectivo que foi facilitado pela vontade de abordar o assunto - pelo menos nos seus próprios termos - da maior parte dos interlocutores, reforçando de tempo a tempo o sentimento de que havia interesse em ouvir, com atenção, o que era dito. O contacto com os interlocutores foi, em grande parte dos casos, mantido ao longo de várias sessões, o que permitiu o estabelecimento de uma relação de confiança que culminou nem interacções bastante mais naturais e genuínas perto do fim da fase de recolha de dados do que no seu início.

O estabelecimento desta relação de confiança deve ser seguido, segundo Spradley, de uma consolidação dos objectivos de pesquisa. Esta explicitação do propósito das conversas é, para o autor, o primeiro ponto a reter para conseguir levar a cabo uma entrevista antropológica bem sucedida. Uma vez que o objectivo era, à partida, declarado, para o conseguir bastou na maior parte das vezes confirmar aos informantes que os pontos necessários tinham sido cobertos sem ser necessário dirigir o rumo da conversa.

Ao mesmo tempo, os informantes foram sendo informados sobre o método de pesquisa antropológico, mais abrangente e holístico do que muitas vezes pensavam. Esta segunda guia proposta por Spradley para a condução de entrevistas antropológicas foi garantida dizendo aos interlocutores que o que estava em jogo era compreender a sua visão do que tinha sido o conflito e a APsic, no fundo, até que ponto o seu discurso e a sua mundivisão actual tinham sido tocados pelo programa

psicológico. Isto levou a que, uma vez mais, os informantes mantivessem a conversa de forma natural sem se forçarem a seguir um determinado rumo.

Finalmente, Spradley recomenda que se explicitem os objectivos do projecto. Este ponto está intimamente ligado ao anterior, embora tenha um objectivo mais concreto - dar a entender não o método antropológico mas o projecto em particular. Esta questão foi tratada de forma orgânica juntamente com a anterior, tendo mantido o objectivo de não tornar estes *encontros extraordinários* algo demasiado formal (Smith e Staples 2015: 3).

Esta formulação do que é uma entrevista etnográfica é aqui reforçada porque permite definir como

“life is imagined, discussed, documented and seen as the emerging outcome of complex personal and collective histories, rather than as mainly defined by the specificities of interview questions.” (*idem*)

Esta visão do que a antropologia permite segue de perto os objectivos desejados da condução do estudo. Esta necessidade esteve sempre presente, motivada sobretudo pela dureza das experiências abordadas e da necessidade dos interlocutores darem uma visão do terreno tão fiável quanto possível. Focou-se, assim, a realidade contemporânea dos informantes, mesmo que uma parte específica da forma como vivem e pensam.

Contudo, importa também abordar a forma como essa mundivisão se consolidou, sendo para isso necessário abordar as suas memórias. Para abordar esse terreno tantas vezes difícil e enganador, foram tidas em conta abordagens antropológicas à memória, bem como estudos teóricos sobre as mesmas.

Memórias difíceis

O facto de não se ter seguido um modelo de observação participante conforme definido pelos clássicos da Antropologia não quer dizer que, de certa forma, não se

tenha participado com os interlocutores na actividade em estudo, ou seja, na recuperação e evidenciação deixadas pela APsic nos seus discursos e nas suas memórias. Para isso, debateram-se questões e táticas aplicadas ao conflito, e mais geralmente, a acções de contra-subversão. Isto permitiu activar raciocínios que seriam menos evidentes ao relembrar memórias do que ao tentar explicar ou resolver um problema de novo.

Contudo, ainda que não permitissem captar tão claramente a forma como a Acção Psicológica modelou a mente dos ex-combatentes, foram pela sua facilidade de acesso essas memórias que constituíram a grande maioria do corpus de entrevistas. As abordagens à memória, comuns em antropologia, têm problemas que devem ser estudados e evitados e que estão bem descritos na literatura, literatura esta que compôs uma parte importante da preparação metodológica.

É importante notar que a Guerra Colonial é um evento marcante e até fundador para toda a sociedade portuguesa, e que de certa forma é relembrada e resignificada mesmo por quem não nela lutou. Importa, para a estudar, recorrer ao conceito de memória colectiva, definido por Halbwachs (Peralta 2007: 5). Este tipo de memória é um conjunto de experiências passadas de um grupo, partilhada pelos indivíduos que se constituem enquanto membros do mesmo, e que influencia a sua identidade.

Isto significa que um evento pode não ser recordado conforme aconteceu, e que apesar de todos os elementos do grupo influenciarem as memórias uns dos outros estas poderão ter significados muito distintos para cada indivíduo. Um dos factores envolvidos nesta atribuição de significado é a ligação de cada indivíduo à vida militar e quanto este baseia a sua identidade na sua vida militar, algo que não é óbvio e que varia bastante.

Ao mesmo tempo, conforme relembram Fentress e Wickham, a memória não é um objecto monolítico e depende do seu portador. As memórias de grupo resultam de um processo de consolidação em que certas memórias individuais vão ter maior ou menor força na criação de uma outra, alicerçada na dos indivíduos mas distinta da mesma, força essa que dependerá das relações de poder no âmago do grupo e dos valores dominantes no seu interior (Fentress e Wickham 1992: 7).

Os autores denominam-na, portanto, de memória social para evidenciar o peso que relações sociais têm na sua concepção, peso esse que deve ser tido em conta sobretudo a estudar assuntos não-consensuais. Outra consequência é que o que um indivíduo recorda enquanto membro de um grupo pode ser diferente do que recorda enquanto sujeito a outra pertença por causa do que as diferentes identidades requerem, sendo por isso importante ter em atenção a complexidade da memória.

Esta multiplicidade de memórias é lembrada por Miguel Cardina e Bruno de Sena Martins na introdução de *As voltas do passado - A guerra colonial e as lutas de libertação* (Cardina e Martins 2018: 19). Os autores relembram e a ductilidade da memória e começam por afirmar a necessidade de comparação e depuração de várias memórias e dos seus tipos. Os investigadores recomendam o foco, por exemplo, na interacção entre memórias fortes e fracas.

Estes conceitos, estabelecidos por Enzo Traverso, partem do pressuposto de que o estabelecimento de memórias é modelado pelas instituições de poder que rodeiam cada sujeito, levando a uma predominância pública de memórias que mais se assemelham às da mundivisão hegemónica (Traverso 2012: 71). São as *memórias fortes*, cujo valor relativo em relação ao das *memórias fracas* deve ser pesado e questionado para impedir enviesamentos a favor das primeiras pelo simples facto de serem mais comuns e fáceis de captar.

Isto implica, assim, que as memórias espelham uma visão do mundo que é real para uma certa pessoa, a influência da APsic pode ser um desses factores e assim a inexactidão da memória não será um problema mas um objecto de estudo do projecto. Pode-se falar, também, de memórias dominantes e subalternas, conforme se ajustem melhor ou pior à mundivisão de um grupo com mais ou menos poder, e memórias difíceis e memórias heróicas, dependendo do grau de sofrimento e satisfação emocional associados a cada evento recordado.

Muitas vezes, esta definição é confusa para os próprios interlocutores, que no caso deste estudo tinham que navegar entre acontecimentos positivos e negativos numa questão de segundos. Os sentimentos associados à um episódio - mágoa ou vergonha, saudade ou glória - afectam a capacidade de recordar ou, pelo menos, a vontade de falar sobre o mesmo. Navegando por um terreno difícil, o recurso à

experiência de outros investigadores foi essencial para evitar certos erros e armadilhas que poderiam ter dificultado ou mesmo impedido o desenvolvimento do estudo.

Terrenos minados

No panorama nacional, o trabalho de Tiago Matos Silva é uma referência nos estudos de Antropologia Militar. O trabalho do autor, focado mesmo na Guerra Colonial, foi bastante importante na preparação prática da metodologia a seguir no terreno. Além de tocar nas questões da memória a nível mais teórico, foi importante para perceber soluções práticas a problemas que havia de encontrar ao aceder ao terreno e após tropeçar em memórias difíceis. Um bom exemplo foi a dificuldade em aceder a alguns segmentos de ex-combatentes, tendo o trabalho de Silva sido importante tanto para saber como lidar com esse problema como para motivar a continuação da investigação depois de o verificar.

O conselho de compromisso entre a vontade de saber mais do investigador e a de não revelar muito que se verificava com alguns informantes foi resolvida de forma ética, com uma espécie de juramento de Hipócrates da Antropologia: não causar desconforto aos interlocutores, mesmo que isso implique desistir de uma hipótese de investigação. A escolha de não revelar os nomes dos informantes na dissertação – sendo o recurso a pseudónimos ou iniciais prática comum na Antropologia, muitas vezes para protecção dos interlocutores - foi sugerida à partida com a informação que todos os informantes seriam mantidos no anonimato. Isto seguiu a ideia apresentada nos artigos de Silva que haveria alguma insegurança em relação à exposição da sua acção durante a guerra. Tentou-se, com isso, deixar os interlocutores mais à vontade limitando o grau de exposição a terceiros.

Outra recomendação deixada pelo autor e seguida rigorosamente foi a não utilizar de gravador. Em “Os textos dos silêncios - para um tratamento qualitativo do não dito” reflecte-se sobre a insegurança em falar de momentos passados difíceis, de momentos que custaram e que não se quer recordar, ou da vergonha e futilidade de uma guerra que muitos dizem ter sido lutada para deitar a perder. (Silva, 2012: 84). Se os interlocutores falam com o investigador é porque há confiança nele e o gravador,

além de fixar uma memória que se preferiria perder, pode representar um outro sujeito, uma outra entidade que pode captar o que preferia que não se ouvisse. Assim, levando as entrevistas como conversas, tornou-se fácil perceber o fio condutor do diálogo para o passar à escrita assim que os contactos terminavam, sobre as poucas notas que eram tiradas ainda em frente aos informantes de forma a não interromper o contacto. Estas notas eram depois tratadas no final de cada dia de terreno para sistematizar a informação depois de a cruzar com dados recolhidos na literatura, são essas notas já tratadas que estão na base da elaboração desta dissertação.

Arquivo

Por tratar um tema distante no tempo o recurso ao arquivo foi uma parte importante da investigação. Não esquecendo que, como a memória, o arquivo está sujeito a desvios, tentaram-se analisar documentos diversos, provenientes tanto do espólio pessoal dos interlocutores como das instituições militares a que estavam associados. Foram consultadas memórias escritas de ex-combatentes, fotografias do terreno e cartas que pudessem abrir uma janela para os tempos da guerra, bem como objectos que facilitavam essa viagem ao passado. Outro tipo importante de texto foram as publicações distribuídas ou de fácil acesso aos militares, umas informativas e outras de carácter propagandístico. Obras e documentos oficiais foram também importantes para compreender a informação que circulava no terreno e quais eram as palavras usadas pelos corpos militares cujo estudo está aqui em estudo, como o Estado Maior do Exército.

O trabalho de arquivo foi particularmente importante para a secção do projecto dedicada à Antropologia. Desconhecendo antropólogos envolvidos no conflito, tanto no sentido de membros da comunidade académica como administradores coloniais que, pela sua função, tinham alguma formação em antropologia, acabaram por ser textos a fundamentar o trabalho relativo a esse tema. Essas fontes, tanto primárias como secundárias, tiveram como complemento entrevistas a decisores políticos e não o contrário, como sucedeu com o resto do projecto.

Os capítulos seguintes são o resultado do processo aqui descrito.

PARTE II

CAPÍTULO 3 - O QUE FOI A APSIC

Prelúdio

A Acção Psicossocial, objecto principal deste estudo, é avaliada de forma mais ou menos positiva em diferentes fontes (Afonso e Gomes, 2000, Cann 1996, Ângelo 2016, entre outros), fontes estas que também lhe apontam várias falhas. Um primeiro argumento contra a eficácia da campanha é que estaria a tentar reverter em poucos anos os efeitos nocivos da presença colonial portuguesa, mais ou menos intensa dependendo do território em questão mas sempre marcante na memória das populações - importa, portanto, ligar essa história à APSic.

Inicialmente, a presença portuguesa tinha-se restringido às regiões costeiras do continente, onde eram construídos fortes de onde podiam ser expedidos os frutos do comércio local - matérias primas, manufacturas, ou escravos - e as guarnições destes fortes e feitorias tinham como principal função contactar os régulos africanos, verdadeiros senhores do *hinterland*. Os 500 anos de domínio repetidamente afirmados pela propaganda estado-novista referiam-se apenas a esta presença, que, com o despertar de outros apetites coloniais, viriam a perder importância relativa nos séculos seguintes. Perto do fim do século XIX começarão a ser conduzidas expedições rumo ao interior, com o objectivo de explorar e, depois, assegurar o controlo do território.

Esta mudança estratégica não tinha sido resultado de uma vontade nacional, mas de uma mudança ao nível das relações internacionais. A conferência de Berlim, motivada por uma série de conflitos de interesses entre as grandes potências europeias, tinha estabelecido um novo paradigma colonialista. Na definição de fronteiras que daí adveio, foram tidas em conta não as pretensões históricas a um território, justificadas por reivindicações de uma primeira chegada, mas a capacidade de ocupar efectivamente um território, o que beneficiaria grandes poderes militares em detrimento de pequenas nações que apoiavam no comércio a sua força.

Surge a necessidade de povoar o território por cidadãos portugueses, bem como o envio de forças militares para garantir o poder do estado. Começam então a surgir as primeiras migrações para as colónias portuguesas em África, incentivadas por um governo que quer ver reconhecidas as suas pretensões coloniais. Assim, a população local começa a ser tratada como integrante do estado português, mas com um estatuto muito diferente dos que partem da metrópole. Tendo o seu enquadramento legal variado com o tempo, a partir de 1926 os nativos ficam abrangidos pelo estatuto do indigenato, que os submete a obrigações diferentes dos portugueses europeus, considerados cidadãos. Os camponeses de origem europeia podiam ainda ser pobres, mas tiveram sempre um estatuto diferente dos locais, contribuindo para a exploração dos “indígenas”.

Estes últimos eram vistos como selvagens parados no tempo, e que tinham como única hipótese de desenvolvimento a integração no sistema colonial, através da “missão civilizadora” portuguesa. Esta consistia numa suposta modernização das condições de vida da população negra, porém a sua entrada na sociedade era feita por baixo, não lhes sendo possível sair dos estratos sociais inferiores. Esta discriminação estava legalmente apoiada no regime do indigenato, que negava os direitos da nacionalidade aos negros que não demonstrassem ter absorvido os rudimentos da cultura portuguesa, principalmente o uso da escrita.

Há que referir que, mesmo que na metrópole, no início do século, este era dominado por menos que 20% da população (Saraiva 1988: 327). Porém, essa cultura não devia ser inculcada pelo ensino escolar, considerado nocivo para os “nativos”, mas pelo trabalho. A escravatura tinha sido abolida no século XIX e arrastada ilegalmente até ao século XX, mas mesmo a sua erradicação não impediu a criação legal de outros tipos de trabalho forçado, destinados a dar aos africanos “uma profissão útil” (Davidson 1978: 127).

Qualquer indigente, ou “reconhecido vagabundo” com mais de 10 anos de idade era passível de captura e integração na reserva de força de trabalho que a administração colonial providenciava às companhias e empresas que actuavam na área. Não eram necessárias provas nem para a captura nem para a condenação. Assim, a produção de toda a África portuguesa dependia na sua quase totalidade da força de

trabalho nativa, que no fundo era a verdadeira produção da colónia. Ao mesmo tempo, não sendo estritamente falando um “trabalho forçado”, todos os *indígenas* eram obrigados a cultivar culturas comerciais em proveito do estado, que recebia o algodão, o sisal e outras como forma de pagamento de imposto por uma população que não lidava com moeda.

Os nativos eram geridos pela minoria branca, e sendo verdade que os africanos ficaram na base da pirâmide do poder – com a excepção de alguns representantes do poder tradicional, tinham um estatuto inferior ao de qualquer outro habitante do império – e estavam constrangidos pelo sistema a seguir a ordem que lhes era imposta, não é possível afirmar que os africanos aceitaram estas imposições passivamente.

As grandes expedições exploratórias e punitivas que ficariam conhecidas na história como as “campanhas de África”, marcaram o imaginário popular e militar português até à actualidade. Os grandes capitães, como Paiva Couceiro e Mouzinho de Albuquerque, são ainda um nome conhecido por darem o nome a largos, praças e ruas um pouco por todo o país, e o único blindado de fabrico português - a BRAVIA Chaimite - vai buscar o seu nome à localidade em que Albuquerque derrotou Gungunhana, o régulo moçambicano considerado como o último grande opositor à dominação portuguesa. Porém, depois deste marco, continuaram a verificar-se pequenas revoltas, e em 1904 ainda havia levantamentos militares no interior de Angola (Pélissier 2013: 234).

A consolidação do poder português, associado à Primeira Guerra Mundial - a Alemanha invadiu Angola e Moçambique a partir das suas colónias na zona, hoje Namíbia e Tanzânia - reduziu a contestação ao regime, mas não a eliminou. Foi junto à fronteira com este país, no distrito de Tete, que a Guerra Colonial entrou em Moçambique, sendo possível argumentar que estas memórias de resistência viriam a ter repercussões directas no conflito que pôs fim ao Estado Novo. Poucos anos depois, a Segunda Guerra Mundial vai aumentar a importância das colónias, já que as culturas obrigatórias vão ver o seu valor inflacionado nos mercados internacionais, no fim do conflito, o movimento pela descolonização vai impactar ainda mais o continente.

A maior parte dos países europeus começou de facto a pensar a sua presença colonial, mas Portugal, um país não industrializado que via nelas a sua subsistência, não aliviou a pressão que se ia levantando das novas nações independentes que rodeavam as suas colónias. Como uma das fontes de rendimento do regime era a contratação de trabalhadores para o estrangeiro, nalguns dos quais (mas não em todos) já havia movimentos de libertação mais desenvolvidos, a passagem de ideais nacionalistas africanos não foi travada, sendo até estimulada por este fluxo. Começa então a sentir-se alguma tensão, que não é ignorada pelo regime mas que não é imediatamente travada. O mal-estar português intensifica-se e, em 1953, dá-se em São Tomé e Príncipe o Massacre de Batepá⁵, sinal de uma insegurança que leva à morte de um número incerto mas elevado de africanos.

A partir desse momento começam a delinear-se medidas de controlo, mas os independentismos africanos já não podem ser parados. O período de 1959 a 1963, marcado pela crescente influência de Adriano Moreira sobre o Ministério do Ultramar (de que se tornará ministro em 1961), assistiu a um conjunto de reformas que tinham como objectivo melhorar as condições de vida dos habitantes negros das colónias. O fim do regime do indigenato, que traria também o fim das culturas obrigatórias e outras medidas discriminatórias, teria como efeito, além das melhorias humanitárias, um certo apaziguamento das populações, mas a história mostrou que esta acção reformista ou não foi suficiente ou chegou demasiado tarde para surtir efeito.

O início da guerra

A 4 de Janeiro de 1961 começaram revoltas nos campos de algodão da Baixa do Cassange, exactamente um mês depois deu-se um ataque à Prisão de São Paulo, em Luanda, deixando cerca de 50 mortos. A 15 de Março do mesmo ano a União dos Povos de Angola, um movimento político que lutava pela independência da colónia,

⁵ Massacre ordenado pelo Governador do arquipélago após protestos com origem em repressão policial, motivada pela recusa dos locais em trabalhar nas roças, e em rumores que seriam “despromovidos” à condição de indígenas. O governador viria a usar a justificação de que se estaria a preparar uma sublevação comunista (Rodrigues 2018: 21).

organizou um ataque a fazendas no distrito do Zaire e no do Úige que em 48 horas deixaria 800 mortos, tanto brancos como negros acusados de colaboracionismo com o regime. Esta escalada de violência foi seguida de expedições punitivas a várias aldeias da região, mas a consequência mais marcante seria a mais famosa ordem de António de Oliveira Salazar, a 13 de Abril: “Para Angola, rapidamente e em força”. Começava assim a Guerra Colonial, no início do mês seguinte chegavam a África os primeiros contingentes militares vindos da metrópole.

Se, por um lado, a presença portuguesa em África tinha particularidades locais que a diferenciavam de colónia para colónia, por outro lado, tinha semelhanças que se estendiam não só ao império português mas ao colonialismo como um todo. Durante séculos, a presença quase residual mantida pelos portugueses junto à costa não precisava de grande poderio militar para se sustentar, e foi só com a ocupação efectiva do território que se começaram a aumentar, ainda que pouco, os efectivos militares em todas as províncias.

A falta de atenção a África manteve-se até aos anos 50, algo que a modernização das Forças Armadas Portuguesas - a adopção da *Doutrina NATO*, um conjunto de medidas de standartização das forças armadas dessa aliança para reforçar o poderio militar contra a União Soviética na Europa, veio piorar (Afonso e Gomes 2000: 28). Contudo, se inicialmente esta interligação a outros países retirou atenção às colónias, as lutas coloniais que outros parceiros estavam a começar a lutar serviram de material de estudo ao exército português. A experiência francesa no Vietname e na Argélia atraiu a atenção portuguesa, o que resultou no envio de oficiais nacionais para treino com a *Armée de terre*.

Ironicamente, a entrada na NATO delineada por uns Estados Unidos da América, apologistas do fim do colonialismo, começava assim a servir a alguns países coloniais de rede de partilha de experiências anti-insurreição, o que teria um papel no assemelhamento, e até na cooperação, dos que lutavam contra o fim dos regimes coloniais. Esta homogeneização dos regimes tardo-colonialistas, que reduziria o isolamento do regime, seria ainda reforçada pela formação do Exercício ALCORA (Aliança Contra as Rebeliões em África), uma aliança militar entre os países do sul para fomentar a cooperação contra os nacionalismos africanos. Angola e Moçambique

compunham as presenças portuguesas no sul de África, e juntamente com a Rodésia e a África do Sul formavam uma massa de terra regida por governos que negavam à maioria negra dessas populações direitos ou condições de vida iguais aos da minoria branca, para benefício da mesma.

Não surpreendentemente, Portugal - o último império colonial do continente - acabou por ser arrastado pela queda dos dominós, e, no contexto da Guerra Fria, esta noção motivou muito do envolvimento estrangeiro. De acordo com Ian Smith, último líder da Rodésia (Smith 2008: 536),

“I thought of the number of times I had warned them of the communists’ domino tactic, which had brought them down the continent of Africa. When the communists had obtained control of Angola and South West Africa on their western flank and Rhodesia and Mozambique to their north and east, the pincer movement would be complete. The communists could then concentrate on the last remaining target in Africa and marshal all their forces against South Africa”

Para esta aliança entre Portugal, África do Sul e Rodésia, os americanos podiam apoiar alguns países independentes mas o grande perigo era a União Soviética, que através do efeito dominó poderia desencadear a proliferação do comunismo no continente e pôr um fim mais violento aos três regimes, o Departamento de Estado norte americano poria mais ênfase nos interesses económicos norte-americanos e na contenção do comunismo do que na libertação dos povos (Meneses et al. 2007: 403). A *realpolitik* americana permitiu várias alianças improváveis, indo muitas vezes contra os princípios que declarava⁶, e apesar de a posição americana ter mudado muito ao longo do tempo, podem-se adicionar os EUA ao rol de países que apoiaram Portugal ao

⁶ Proclamando abertamente apoiar as lutas anti coloniais, o governo de John F. Kennedy intensificaria o envolvimento americano no Vietname, levando à entrada numa guerra que, conforme Eric Wolf mostra em *Peasant Wars of the Twentieth Century* (1969), é uma guerra colonial, mesmo após a retirada francesa.

longo dos 13 anos de guerra, se não com apoio material, pelo menos com partilha de experiência que permitiria ao EME Português desenvolver a sua própria forma de luta, aperfeiçoada a partir das outras - para Cann, surgiria de todas estas influências uma síntese, a *portuguese way of war*, fortemente apoiada nas acções psicológicas - mais, até, que os programas que lhe deram origem.

Uma guerra à portuguesa

Esta partilha era possível porque o padrão destas insurreições era o mesmo: um movimento de libertação, com apoio militar de potências externas e suportado pelas massas populares, acabava por propiciar a retirada do poderio colonial e conseguir a independência. França e os Estados Unidos da América viriam a responder a estas acções com um movimento massivo de tropas, que as Forças Armadas Portuguesas compreenderam ser não só insustentável para um país pouco industrializado, mas também ineficaz por muitos que fossem os recursos disponíveis ao país - dois dos maiores exércitos do mundo estavam a ter resultados francamente maus na contenção da proliferação das insurreições. A conhecida frase de Ho Chi Minh ilustra a vantagem do lado insurrecto sobre o outro, e mostra que a actuação portuguesa seria, pelo menos em parte, acertada: “Podem matar dez dos nossos homens por cada um que matemos dos vossos, mas no fim, são vocês que vão ficar cansados”.

Por um lado, Portugal disponibilizou uma grande percentagem da população masculina adulta para combater na guerra - foram recrutados, sem contar com as forças destacadas para a metrópole, 169 000 soldados, o que representa uma percentagem de mais de 1% da população, militarizada, enviada para África, mesmo considerando a população actual (Afonso e Gomes 2000: 15). Isto significou que se tivesse caído, de certa forma, no mesmo erro que outros países – o recrutamento forçado de grandes números de jovens – o que, juntamente com o esforço posto pela guerra na economia nacional, abriu anos mais tarde a possibilidade da queda do regime às mãos de militares descontentes com a guerra. Por outro lado, mostra como as chefias políticas e militares souberam alavancar essas forças de forma a estarem

presentes da forma mais produtiva possível. Mostrando as colónias como parte da pátria, instigou-se aos soldados portugueses a vontade de lutar pela comunidade que faltava aos franceses da frase de Ho Chi Minh – razão que conduziria à sua derrota final em Dien Bien Phu, e conseqüentemente à sua retirada – mostrando os soldados portugueses apoiando, e não atacando, os civis africanos, diminuiria a confiança dos guerrilheiros, confiança essa que levava os vietnamitas da mesma frase a suportar tantas baixas.

Os EUA e França tinham tido programas destes, mas de alcance limitados. Os programas destinados a captar os *hearts and minds* da população civil dos territórios postos em marcha por dois dos exércitos mais poderosos do mundo não conseguiram evitar derrotas mesmo depois de anos de esforço para reprimir os levantamentos populares. Conforme Cann vai apresentado ao longo de *Portuguese Counterinsurgency Campaigning in Africa 1961-1974: a Military Analysis*, falhas práticas e conceptuais desses programas foram minando a sua eficácia. Apesar dos fracassos no Vietname e na Argélia terem isolado temporalmente a luta portuguesa em África, um último esforço pela imposição de um colonialismo em desaparecimento, deram ao EME material de estudo que pode ser, e foi, usado para aperfeiçoar a pacificação de populações.

A percepção da importância da manobra das populações levou a que fosse centralizada e levada a cabo de três formas distintas mas relacionadas. Desenvolvendo programas anteriores à guerra (apresentados em vários documentários da época, como <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=2182&type=Video>), tentou-se que paralelamente às acções de combate se desenvolvessem outras com o intuito de, simultaneamente, “obter o apoio da população, desmoralizar e captar o inimigo e fortalecer o moral das próprias forças” (Afonso e Gomes 2000: 268). O facto de os dois tipos de acção terem que decorrer em paralelo mas separadamente, para não apresentar aos locais o soldado português como um agressor armado, levou mesmo a que se criassem dois corpos de combate distintos: as tropas de quadrícula e as tropas especiais.

Às tropas de quadrícula cabia manter a presença portuguesa num território demarcado – especificamente uma quadrícula numa carta militar, daí a designação –

sendo mais dissuasoras que interventivas, deveriam ficar marcadas na mente das populações locais como um protector, alguém que distribuía pão, abrigo e cuidados médicos, um “soldado da paz” cuja intervenção estava centrada em levar às aldeias mais remotas das províncias ultramarinas os benefícios da pertença portuguesa. É importante ressaltar que, apesar de se tentar conservar entre as tropas de quadrícula uma atitude mais benevolente, parece ter sido tida em conta a manutenção de alguma capacidade de agressão, mesmo que isto não permitisse uma aplicação tão directa dos pressupostos da APSic, já que para todos os efeitos eram militares armados no terreno.

A literatura distribuída entre estas tropas, como *Angola, os dias do desespero* (Caio 1964) mostra, documenta a acção dos primeiros ataques da UPA no norte de Angola. Uma análise ao conteúdo revela histórias de horror, bem como fotografias gráficas e marcantes das vítimas mortas, violadas ou decapitadas, deixadas para trás depois do massacre. Apela-se ao extermínio dos atacantes, mas há cuidado, contudo, em distinguir guerrilheiros de locais fiéis ao regime. Estes últimos são apresentados como vítimas preferenciais dos terroristas, e que portanto deviam ser objecto de atenção das tropas de quadrícula, advertindo-as de que deviam, ainda e sempre, manter um papel protector. Estas tropas compuseram a maioria das forças no terreno, por oposição às tropas de intervenção, numa proporção de 3 para 1 (Afonso e Gomes 2000: 149).

Como o nome indica, estas forças consistiam num pequeno grupo de combatentes de elite chamados para intervir em operações em que a tropa de quadrícula, por uma razão ou outra, não devia, podia ou conseguiria executar. Desde o início do conflito que se pensou esta separação de papéis, em que uma minoria de forças seria liberta de tarefas “cuidadoras” para se dedicar exclusivamente a funções ofensivas, maximizando assim o potencial de cada categoria dentro do objectivo que lhe era pedido (*idem*). Este factor relembra que a APSic era um garante da sua própria aplicação, os soldados que deviam mostrar aos nativos os supostos benefícios da fidelidade à pátria, mostrando-lhes a benevolência portuguesa, eram eles mesmos destacados segundo uma estratégia que orientava um comportamento positivo para com os civis. Esta abordagem difere, por exemplo, da americana no Vietname, em que

a abordagem tomada foi muito mais convencional, levando a resultados menos positivos (Cann 1996: 348).

Este facto fez com que, nesta análise, se analisassem os dois tipos de tropa separadamente, para, no final, se compararem e se extrair dessa comparação um significado. O primeiro capítulo dedicado à análise dos dados recolhidos no terreno centra-se nas tropas de quadrícula, na vida das mesmas e na cadeia de comando que a orientava. Tentou-se analisar os discursos de militares que serviram no terreno, tendo em atenção o seu conhecimento da Acção Psicossocial e da importância que lhe atribuíram. De seguida, no terceiro capítulo, analisa-se o discurso das tropas especiais e as suas experiências, para depois perceber, por comparação, o que correu bem ou mal.

Destaca-se, neste segundo grupo, uma dificuldade de estabelecer contactos que entra em forte dissonância com a acessibilidade das tropas de quadrícula. Apesar de, como as palavras, os silêncios terem um significado, (Simões 2012: 45, Silva, 2012: 85), a escassez de contactos interessados levou a que o estudo se centrasse primeiro na “*tropa macaca*”, como vários interlocutores se auto-denominaram, para criar um corpo de ideias que permitisse passar à escrita, e essa mesma ordem espelha-se, para efeitos de encadeamento, nesta dissertação, que começa então pela tipologia de tropa predominante no terreno.

CAPÍTULO 4 - AS TROPAS DE QUADRÍCULA

Soldados da paz

A diferenciação de papéis entre tropas de quadrícula e tropas especiais levou a uma análise separada das mesmas, para que se pudessem identificar, por um lado, possíveis diferenças na relação que mantinham com os africanos - fossem civis, paramilitares ou militares (tanto do lado português como dos movimentos de libertação) - como, por outro, tentar explicar essas diferenças e o que lhes deu origem. Apesar de serem expectáveis menos desvios à doutrina do lado das tropas de quadrícula que do lado das tropas especiais, este estudo incide mais sobre as primeiras, em parte por os ex-combatentes destas forças terem sempre prestado um acesso mais fácil e transparente à informação e se mostrarem mais empenhados na colaboração, e em parte por esses desvios terem mais significado que entre um corpo de tropa claramente mais agressivo, e que era maioritariamente chamado para combater em situações de violência aberta.

Além disso, estando em contacto contínuo com a população local, seriam para os mesmos a representação quotidiana da *portugalidade* que tentavam defender. A sua conduta diária, fosse por uma suposta atitude positiva com o objectivo de aproximar os africanos do ideal colonial, fosse pelas falhas que os afastavam do mesmo, teriam consequências imediatas mas duradouras, pelo que seriam uma peça importante do puzzle que a doutrina oficial tentava resolver. Assim, os primeiros contactos foram dirigidos a este corpo militar, sobretudo a oficiais que os coordenavam. Uma vez que a hierarquia militar é bem definida e mantida em permanência, desvios deste tipo não poderiam ter grande expressão a menos que tivessem origem na camada superior da hierarquia, pelo que esta foi a primeira a ser focada durante a investigação.

Primeiros contactos

O primeiro interlocutor captado, ainda antes de este projecto estar completamente delineado, foi identificado por conhecimentos em comum, que o identificaram como pertencendo a este tipo de unidade. O Major General L., que se revelaria um interlocutor entusiástico ao longo de todo o processo de recolha e consolidação de dados, acabou por ser a figura com quem foi mantido mais contacto, algo expectável uma vez que esteve próximo do centro de interesse do estudo. Adicionalmente, desempenhou também tarefas enquanto Oficial de Estado Maior, função a que concorreu antes da sua segunda comissão, que teria lugar em Angola entre 1967 e 1969.

A centralidade de L. na investigação tornou-se evidente no momento em que o próprio revelou o seu percurso de carreira, uma vez que não só esteve no corpo que mais interacção teria com a APsic como acabou por estar também no Estado Maior do Exército (EME), organismo centralizador desta força e onde as acções psicológicas tiveram a sua origem e desenvolvimento. L. seria, assim, uma força activa na observação das regras estabelecidas para a conquista dos corações e mentes que o EME desejava e que competia ao exército desempenhar.

L. mencionou a importância das acções psicossociais ainda antes de saber que o estudo se focava nelas. Mais de 50 anos depois do sucedido, guarda na memória o que se passou, como se desenrolou e aponta causas para o sucedido. Classificou desde o início a guerra colonial como uma guerra subversiva, facto que, na sua opinião, faria da APsic a única forma possível de permitir a Portugal continuar a combater. Isto é particularmente relevante quando se considera que, para Cann, um país pequeno, relativamente isolado e sem indústria não teria outra hipótese de sobrevivência que não mimetizar o jogo da guerrilha e levar o inimigo à exaustão.

Importava menos eliminar o maior número possível de guerrilheiros afectos aos movimentos de libertação que conservar tropas e recursos, pelo que seria necessário manter uma guerra quase letárgica, de baixa intensidade, apoiada pelos recursos providenciados pela economia nacional, e tirar ao inimigo o apoio popular, sem o qual

não conseguiriam manter uma campanha activa mesmo com apoio de países estrangeiros - era, como referiu, “tirar-lhes o pão da boca”.

L. manteve, durante todas as entrevistas, um discurso que aparenta mostrar quão marcante foi a formação militar - mesmo a nível de hábitos quotidianos - que inclui também fundamentos de ação psicológica. Manteve, consistentemente, uma lógica baseada nos pressupostos da APsic, mesmo em intervenções claramente espontâneas e não preparadas. Manteve sempre a opinião que esta forma de fazer a guerra era geralmente aceite na maior parte dos círculos militares, mas ressaltou não só que ocorreram desvios à norma mas que nem todos os envolvidos compreenderam, ou quiseram compreender, a Acção Psicológica.

Só no no Estado Maior havia uma compreensão generalizada do programa, mas fora, no terreno, alguns militares “Os outros não percebiam, como diziam, que a malta não estava ali para matar pretos mas para apoiar a população”. Mas no quartel-general não havia grande contacto com indígenas”, o que era problemático uma vez que a face visível para a população africana era a que tinha alguma probabilidade tinha de desenvolver uma relação hostil com a mesma.

Ainda assim, no geral, L. descreveu um quadro geralmente positivo da aplicação da APsic. Mesmo com uma compreensão incompleta das medidas, a aplicação das mesmas corria geralmente bem por não haver nas actividades desenvolvidas grande margem para erros - “estavam lá a construir escolas e hospitais, tratar gente, enfim, nem que fosse estar com eles e dar-lhes rebuçados!”, actividades que amenizariam as relações e que, pela sua própria natureza, tinham pouco potencial para gerar conflitos. Um dos trunfos da APsic parece ser, de facto, a natureza da sua aplicação, ou seja, a limitação das tropas de quadrícula a operações não ofensivas.

Ao atribuir aos militares um papel cuidador, queria instigar-se um sentimento de simpatia tanto entre civis e militares como entre militares e civis, e o simples acto de pôr as armas em segundo lugar abria lugar ao desenvolvimento de relações mais positivas, ainda que paternalistas.

Marcas duradouras

A simplicidade da doutrina a este nível reflecte-se, por exemplo, na forma como os termos e as ideias presentes nos manuais se reflectem, ainda hoje, no discurso dos ex-combatentes. A referência de L. a reбуçados liga-se à *Batalha da Certeza*, em que estes figuram como veículo de captação:

“[...] se continuarmos a visitar com assiduidade a aldeia, as pessoas irão aparecendo pouco a pouco. Hoje, é uma criança que encontramos e a quem damos reбуçados; a criança fugirá de seguida para casa, onde mostrará os reбуçados aos pais e aos irmãos. Amanhã, esse garoto, ao ver-nos, aproximar-se-á de nós, embora amedrontado ainda, para receber mais guloseimas. E agora não será ele apenas a aparecer: trará consigo os irmãos.” (Oliveira 1962: 82)

Outra presença recorrente nas conversas foi a ideia de que independentemente do sucesso da campanha, havia um sentimento genuíno de apoio e ajuda aos locais. Por um lado, essa ajuda não era desinteressada, e em documentos dirigidos às chefias dá-se ênfase aos efeitos desejados à APsic: uma certa *portuguesização* das populações africanas. Numa adenda ao suplemento do Boletim de Informação do Estado Maior do Exército de Fevereiro de 1969, criticam-se medidas opostas às da APsic portuguesa, tomadas por países estrangeiros em campanhas de apoio e cooperação com países africanos então recentemente independentes.

O envio de oficiais em treino para países diferentes é apontado como um erro ao lidar com grupos que não “conseguiram vencer o ódio tribal e estão hoje matando-se uns aos outros” (Adenda a Fevereiro, Boletim do Estado Maior do Exército 1969 :24). A política estado-novista apontava esta dispersão, que impediria a formação de uma identidade comum e coesa, como uma das justificações para o ideal colonial uninacional e multiracial que o império almejava, tentando mantê-lo com medidas como a acção psicológica.

Por outro lado, para os ex-militares que estiveram no terreno, a impressão directa não é uma de imposição de ideais colonialistas mas de uma ajuda que, mesmo se focada no fim do conflito, era benéfica. L., na actualidade, está consciente das intenções políticas do programa, mas nota que o benefício oferecido aos africanos era real. “Alguns viviam mesmo no mato, viviam vidas miseráveis”. Não negando que essas condições eram uma consequência directa da política colonial aplicada até então, diz que a contrapartida ao apoio oferecido pelo Exército Português era “uma vida decente”, através não só dos honorários pagos aos civis e militares de origem africana mas também das condições gerais criadas pelos programas de desenvolvimento.

Experiências semelhantes

Outro interlocutor, T., guarda na memória um quadro próximo ao descrito por L., demonstrando motivações e juízos de valor semelhantes, mesmo havendo algumas diferenças entre o perfil dos dois militares. Em primeiro lugar, T. continua ligado às forças armadas, tendo sido captado através desse meio, enquanto L. - bem como os outros interlocutores que serviram nas tropas de quadrícula - foram captados através de conhecimentos pessoais, sendo na maioria familiares de amigos. Se inicialmente este factor possa ter causado ligeiras diferenças na forma como a informação era construída, com o reforçar das relações acabou por se estabelecer um registo semelhante entre estes interlocutores, lembrando a vantagem de obter os dados para a investigação directamente dos actores envolvidos.

Em termos mais concretos, L. passou a sua comissão em Angola, enquanto Oficial de Estado Maior, mas T., tendo também sido formado na Escola de Oficiais do Exército, não desempenhou funções no EME durante a guerra. Por outro lado, enquanto a única comissão de L. em África foi em Angola, T. fez 3 comissões, cada uma em seu teatro de Guerra: Guiné (1967), Moçambique (1970-1972) e Angola (1973-1975). T. pôde, assim, comparar em primeira mão as diferenças e semelhanças entre os diferentes territórios ultramarinos e a situação em que estavam. Este facto permitiu enriquecer a pesquisa, facilitando referências não só a diferentes terrenos como à

relação entre eles e permitindo despistar diferenças de opinião entre interlocutores diferentes que estiveram num mesmo teatro.

Da comparação com as experiências em Angola destes dois interlocutores resultou uma imagem relativamente homogénea: se para L. eram “militares como os outros”, T. refere-os como “irmãos... Irmãos com desconto, percebe?”. Os africanos, apesar das diferenças culturais que os marcavam, eram para os dois interlocutores pessoas que diferiam deles apenas pela sua educação e pelas condições em que viviam, as quais os militares metropolitanos tentavam, na altura, melhorar.

Embora a Acção Psicossocial não fosse sempre o cerne da sua actuação, esta “estava presente em tudo o que fazíamos”. T. está consciente da razão de ser da APsic, e, tal como L., ao falar de estratégias e táticas militares, reforçou várias vezes que uma guerrilha só pode ser derrotada se não tiver apoio de populações. Essas eram “miseráveis porque as nossas autoridades os tinham deixado ao abandono”, considerando que a ajuda, até então inexistente, tinha sido posta em prática de modo a impedir o apoio popular aos movimentos de libertação.

Ainda assim, esse apoio terá sido positivo. “O surto de desenvolvimento deles começou com as nossas tropas”, que deram comida “aos miúdos, que iam ao rancho geral” e trataram casos médicos graves – “condições sanitárias, então, nem se fala!” – que antes não tinham solução possível. Esta acção marcou os habitantes locais, que depressa introduziram a *psico* no vocabulário quotidiano. Segundo T., “Os homens grandes das tabancas pediam-nos psico, assim mesmo”, mostrando a importância que o programa tinha tomado. Todas as descrições dadas sugerem que a APsic mudou, de facto, o quotidiano nos locais, incluindo o espaço em si: um dos componentes centrais das acções foi o programa dos *aldeamentos*.

A obra de Michel Foucault revelou-se importante neste estudo não só para compreender a interiorização das doutrinas militares e do seu efeito sobre os corpos e as mentes mas também para compreender a formatação dos indivíduos através do seu controlo no espaço. Isto evidenciou a centralidade das teorias do controlo na Acção Psicológica e, mais uma vez, fez sobressair a importância do estudo das ciências sociais para a sua compreensão.

“O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, a sua circulação difusa, a sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis e interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.” (Foucault 2004: 123)

Antes da guerra, apesar de já haver algum esforço de reformação do território, a população estava dispersa em pequenas comunidades não vigiadas espalhadas pelas colónias, facto que facilitava o contacto com os guerrilheiros dos movimentos de libertação. Para evitar isto, foi atribuída às tropas de quadrícula a missão de desenvolver aldeamentos, pequenas comunidades construídas pelas forças armadas portuguesas para albergar tanto os seus militares como civis de origem africana – que deveriam desenvolver as suas actividades quotidianas no seu interior – patrulhados em permanência pelas tropas e fechados durante a noite para evitar entradas e saídas furtivas. Apesar de se considerar o alcance deste programa relativamente limitado (Cann 1996: 274), marcou profundamente os militares que neles permaneceram.

Era a existência dos aldeamentos que providenciava alguma segurança no meio do território onde as guerrilhas se podiam mover livremente. Dentro da cerca, havia um sentimento de segurança partilhado entre militares que levava a que tentassem não se afastar. T. via nestes aldeamentos um espaço seguro, dentro dos quais a guerra não entrava. “Passei lá 18 meses quase sempre lá dentro para não me arriscar a levar com uma bala na cabeça”.

Como consequência negativa dessa garantia, T. descreveu a estadia num aldeamento na Guiné como uma experiência desagradável e claustrofóbica. Descreveu tensões que se iam acumulando e que várias vezes resultaram em confrontos abertos tanto entre militares como entre civis, notando que fizeram que a aplicação da Acção Psicológica fosse não melhorando por causa do acumular de experiência mas piorando, pelo intensificar de medos e frustrações.

“Nós, pelo menos os mais pensantes, tínhamos o maior cuidado com isso, mas chega a um ponto em que já é difícil de controlar. A maior parte dos problemas disciplinares eram militares que maltratavam populações, e isto é completamente contra a APSIC”.

Palavras e actos

É importante notar novamente que a Acção Psicológica insistia igualmente numa acção interna e outra externa, já que a acção interna, sobre os combatentes metropolitanos, era o veículo necessário para a própria aplicação da doutrina sobre os locais (Afonso e Gomes 2000: 262). As indicações presentes nos manuais militares como *A Batalha da Certeza* são guias de acção para os militares no terreno, mas o comportamento humano não é previsível e podem surgir situações que, intensificadas pelas quebras na saúde mental que a estadia num ambiente complicado propicia, dificultam a aplicação da teoria. T. contou vários episódios que ilustram esta dificuldade de manter a aplicação da doutrina mesmo por parte de pessoas que, noutros momentos, sentiam a vontade de ajudar a população e manter a união entre os camaradas de armas.

Um caso foi o de um cabo que urinou perto de uma fonte de água, e após chegarem ao comandante do posto queixas de habitantes sobre o sucedido, foi castigado pelo mesmo em frente aos colegas. Sentindo-se humilhado, pegou na arma e dirigiu-se à messe dos oficiais para matar o comandante. Este tinha-se ausentado, mas

estavam na messe três outros oficiais que estranharam ver um cabo armado a entrar no edifício e o tentaram parar. O cabo abriu fogo e disparou sobre os 3, que tiveram que ser evacuados sendo o atacante levado pela Polícia Militar. “Com o cabo, perdemos quatro homens nesse dia”.

Este caso demonstra, por um lado, que havia vontade de aplicação da APsic, mas também que havia falhas e que nem sempre era fácil manter o controlo das tropas. T. duvida, porém, que a maior parte dos desvios fosse devida a baixas patentes que escapavam ao controlo dos oficiais, apontando um grau de culpa, ou pelo menos conivência, nos casos mais graves. Outro incidente começou com a sedução da mulher de um milícia - tropa paramilitar de origem local - por um cabo metropolitano. O primeiro quis matar o segundo, mas após os confrontos iniciais os oficiais consideraram que a situação estava suficientemente abafada para se resolver naturalmente. Contudo, o mal-estar continuou entre os locais, e só passado algum tempo e queixas às autoridades civis houve uma resolução definitiva para o problema. O administrador colonial interveio junto dos círculos militares para que a companhia fosse deslocalizada para outra zona, o que acabou por acontecer.

Esta actuação por parte das autoridades civis parece ser atípica, já que foram apontadas pelos interlocutores como pouco adeptas da APsic, mas mostra como, ocasionalmente, eram os próprios oficiais, encarregados de a aplicar, que não o faziam. Se algumas falhas podem ser atribuídas ao facto de não serem previstas pelos manuais, esta terá que ser apontada aos comandantes responsáveis - mesmo que por omissão - já que livros como *A Batalha da Certeza* contemplavam este tipo de situação:

“[...] também não consentiríamos que quem quer que fosse tentasse enxovalhar, ultrajar, desonrar, as nossas mães, as nossas mulheres, as nossas filhas, as nossas irmãs. Impõe-se que isto domine o pensamento de cada um. [...] Cumpre-nos realizar por todo o Ultramar uma acção de conquista, é certo, mas de conquista das populações, através das suas almas, dos seus corações, e não de “conquista” galante das mulheres. É respeitando integralmente os seus usos e costumes, os seus bens, e, em

particular, a sua honra - numa palavra, tudo quanto constitui a sua riqueza material e espiritual - que, na verdade, mostraremos uma atitude de compreensão para com elas, inspirando-lhes confiança em nós” (Oliveira 1962: 88)

Este parágrafo é precedido de um apelo aos princípios cristãos, recomendando a sua transposição para a sociedade local. Nesse aspecto, entra em conflito com McFate, que vê na transposição de modelos europeus para realidades não-ocidentais uma fragilidade em acções deste tipo (McFate 2018: 317). Ao mesmo tempo, sugere também que foi tida em conta uma máxima que o mesmo autor descreve como receita para o sucesso: a adaptação, ainda que parcial, às realidades sociais locais (idem: 320).

Se por um lado se respeitavam alguns costumes e relações tradicionais, por outro impunham-se medidas como a vida numa comunidade de génese europeia, de construção de tijolo e zinco, e em que os dias eram maioritariamente passados a desenvolver agricultura comercial. A análise dos manuais sugere uma mescla de práticas que agradariam e desagradariam à população africana, que se transporia para o terreno. Além disso, a aplicação destas recomendações não é directa, pelo que será de esperar que haja falhas na mesma: é o que acontece nos casos acima.

T. não foi o único interlocutor a relatar situações parecidas, porém, pelas características e duração da sua presença no terreno, foi quem mais vividamente descreveu o dia a dia no mato, nos aquartelamentos e nos aldeamentos, e quem mais tocou neste tema. “Iam-se construindo relações, e pagávamos os serviços todos. Mas as lavadeiras eram para todo o serviço, mesmo, entende? Havia algo, mas foi piorando...”. Algumas das relações tocam a prostituição, por vezes infantil, e eram tão generalizadas que mostram como a teoria nem sempre se aplicava à prática. Outros interlocutores, como L., deram exemplos parecidos, mesmo que sem tanto detalhe, sugerindo uma distribuição ampla destes casos. A comparação entre teoria e prática, produto de erro e vontade humana, demonstra uma primeira falha clara na aplicação das doutrinas oficiais.

Mesmo que, como afirma Cann, o Estado Maior do Exército tenha aprendido com outras experiências de contra-insurreição e aperfeiçoado as estratégias de outros países (Cann 1996: 26), seria impossível garantir uma aplicação perfeita do programa, e seriam expectáveis falhas verificadas noutras guerras. Aqui, o comportamento dos soldados em situações do dia-a-dia é a *self-defeating praxis* que McFate aponta às tropas norte-americanas no Vietname (2018: 42), sendo a conivência de oficiais a condição necessária para a disseminação deste tipo de comportamentos. As relações com as mulheres locais e a quebra do moral das tropas são dois exemplos concretos desta falha; juntos, demonstram falhas graves no programa dos aldeamentos na óptica dos civis realojados.

Estes factores, juntamente com outros, resultariam numa vontade constante de fuga, e a não voluntariedade da vida no aldeamento parece ter tido o efeito oposto ao pretendido. Mesmo sendo difícil a um civil numa zona patrulhada viver fora de um aldeamento, T. afirma que, pelos motivos acima, muitos civis acabavam por preferir fugir. Sem outra hipótese de sobreviver no mato juntavam-se aos movimentos de libertação, o que subvertia o objectivo do programa dos aldeamentos.

Recepção ou rejeição

A fuga, sendo o exemplo mais óbvio e mais marcante desta dinâmica, não seria a única forma de dissidência possível, sendo possível que outras formas de resistência mais discretas estivessem bastante mais disseminadas. Era possível a um *aldeado* ausentar-se durante o dia, nesse período qualquer civil descontente com a situação nos aldeamentos estaria propenso à captação pelos movimentos de libertação. Após captado, poderia ser um veículo dos movimentos de independência dentro do aldeamento, intensificando a dissensão.

Isto mostra a gravidade desta falha, já que reduz grandemente um dos objectivos do programa - separar a população sob controlo português dos guerrilheiros dos movimentos de libertação. Como o próprio autor de *A Batalha da Certeza* nota, uma insurreição não se faz apenas de guerrilheiros armados e já dedicados à causa no isolamento do mato, mas também da captação de membros que ainda estão

perfeitamente integrados na sociedade colonial e que passarão despercebidos às autoridades (Oliveira 1962: 42). Em fases iniciais, a “contaminação” dentro da comunidade é até pior que os guerrilheiros que já estão no mato.

Isto acontece porque esta dinâmica acaba por ter uma dimensão cíclica, e isso era, para T., o cerne do problema. “[...] dentro do arame farpado já estavam minados. [...] e mesmo quando não fugiam, quando só iam dar uma volta, podiam ter contacto com a família ou os amigos no mato”. Estes seriam os primeiros passos de um processo de consequências cada vez mais profundas, como último passo, “desapareciam uns do aldeamento de vez, eram menos seis para nós e mais seis para eles”. Os que não fugiam mas estavam descontentes continuavam a transmitir as ideias, quanto mais os números cresciam mais piorava a situação. Era a negação total do objectivo do programa, ficando validada pelos interlocutores a afirmação de Cann de que a construção de aldeamentos não tivesse tido resultados positivos fortes (1996: 274).

A degradação do ambiente dentro dos aldeamentos foi apenas um dos factores que fez com que toda a situação fosse piorando, algo que todos os interlocutores descreveram. Para T., mais do que problemas individuais, está aqui o grande problema da Acção Psicológica: depender tanto do factor humano que, uma vez que perto do fim da guerra já havia pouco interesse em tudo, a A Psic sofria por também não haver interesse em aplicá-la. É, mais uma vez, a *self-defeating praxis*. O aborrecimento, a violência dos combates, a perda de camaradas e o não encontrar um sentido na guerra fizeram com que nos anos finais a vontade de ajudar os locais, não se tendo perdido completamente, se tivesse diluindo na consciência colectiva.

Isto deve-se ao desenvolvimento da situação e não a uma falta de cuidado na doutrina, já que a agitação dos espíritos dos combatentes metropolitanos tinha sido contemplada nos manuais de Acção Psicológica como parte integrante da mesma, com bastante detalhe, ao nível do *coração e mente* de cada soldado. As citações presentes nesta dissertação são exemplo de muitos outros, pelo que não se poderá atribuir este tipo de caso a falta de zelo oficial mas a factores humanos. Estes, depois de espoletados, dependeriam da vigilância de superiores hierárquicos que poderiam parar o desenrolar dos acontecimentos ou ignorar o que se passava, e ainda que os

interlocutores tenham indicado que normalmente isto não acontecia ressalva-se que haveria excepções à regra.

Ainda pior que convivência seriam ordens superiores contrárias aos propósitos da APsic, conforme T. e L. alertaram, e que L. torna claro ao descrever a sua relação com tropas especiais (no próximo capítulo). Reforça-se uma vez mais, segundo os dois interlocutores, estes actos de violência contra civis seriam pouco comum entre as tropas de quadrícula, contudo, há exemplos da instalação de um sentimento de frustração ao longo de toda a cadeia de comando à medida que a guerra progredia, e que fez com que perto do fim da guerra episódios que contrariavam os objectivos da acção psicossocial se tornassem mais frequentes.

Condições difíceis

A guerra desenrolou-se de forma díspar nos diferentes teatros, pelo que, no seu período final, após Abril de 1974, o quotidiano era bastante diferente em Angola, na Guiné e em Moçambique. Havia, porém, um factor comum a todos os territórios ultramarinos: os protestos dos colonos, civis europeus preocupados com uma expectável independência. Apesar de todos os interlocutores terem passado pelo fim da guerra em Angola, o que descrevem é semelhante ao que fontes documentais acabam por provar (Silva 2012: 87). Para T., estes foram os momentos mais difíceis do conflito, e deu como exemplo um episódio passado em Carmona (hoje Uíge):

“Havia fazendeiros que se deslocavam sozinhos, de jipe, e o MPLA começou a matá-los. Há uma manifestação de colonos em frente ao posto, começam a chamar aos militares cobardes, e gritam outras palavras de ordem do género. Uns poucos soldados, de espingarda na mão, foram para a janela e começaram a ameaçar disparar, tivemos que ser nós [os oficiais] a pará-los. Mas não era bom de se ouvir, era preciso aguentar cá dentro.”

Este tipo de episódio piorou a relação entre militares metropolitanos e colonos, reflectindo-se na opinião de vários interlocutores. Para L., “o problema eram eles [os colonos], não eramos nós que éramos racistas”. T., não discordando, afirmou que ainda assim a relação com os locais também foi negativamente afectada. Apesar de haver alguma animosidade contra os colonos, também se foi instalando um ressentimento contra os africanos, resultando na não-aplicação das doutrinas de acção psicológica. Isto foi agravado por, apesar de o destino do país não ter ficado traçado imediatamente ao 25 de Abril, haver um sentimento generalizado, reportado por T. e L., de que as colónias seriam abandonadas, mas ainda assim a guerra ter continuado. Para T., isto piorou ainda mais o moral, lembrando: “E olhe que a seguir ao 25 de Abril ainda morreu muita gente!”.

Uma vez mais, estas falhas não estão tão presentes ao nível da doutrina como do da prática. No suplemento de Maio de 1969 do Boletim do EME, é dada aos militares uma explicação longa das fracas relações entre nativos e colonos, lembrando que, muitas vezes, a culpa desta situação é dos colonos, consciencializando-os das duras condições a que são sujeitos e referindo até problemas que a APsic, em teoria, tentava combater.

“Vem a propósito citar o caso de um Balanta que nos impressionou, e daí o referirmos: Estava a trabalhar na plantação de um bananal da unidade e deixou de aparecer. Tendo faltado dois dias, mandou-se chamar e perguntou-se-lhe o que acontecera. Disse que se ferira e que, por não poder trabalhar e não tinha dinheiro para comer, se deitara a dormir, ele, a mulher, os filhos... assim enganava a fome. Por essas e por outras há quem diga que os pretos são preguiçosos.” (Adenda a Maio, Boletim do Estado Maior do Exército 1969 :7)

Seriam os colonos a, no fundo, forçar os nativos à rebelião por ser essa a sua única esperança de uma vida digna, escapando assim a más condições de vida, sobretudo de “estado sanitário e sub-alimentação” (*idem*: 6), condições essas que

eram consequência da inacção das autoridades centrais. Falando de uma serração que não pagava os parcos salários que devia aos trabalhadores, que só continuavam a aparecer na esperança de resolução do problema por não haver outras oportunidades de emprego nas proximidades, a mesma fonte afirma que

“Este modesto conjunto industrial e o seu proprietário fizeram certamente, durante muito tempo, muitas vezes, pior num dia, para a nossa causa que muitos terroristas juntos, e assim viviam há anos.”(idem :12)

A conclusão destes raciocínios, para o EME, é que devia então ser o exército a ajudar essa população, e era o soldado português, bom de espírito e conduta - caracterização dada pelos documentos, mas que os interlocutores validaram ao afirmar que havia uma vontade de ajudar - a dar o rosto a esta acção. Sendo referida por Oliveira a necessidade de dirigir acções psicológicas também à população branca dos territórios ultramarinos (1962: 77), o desenvolvimento da mesma entre os colonos parece nunca ter sido posto fortemente estimulado, e no fim da guerra estava em declínio total. Simultaneamente, se L. e T., com muitos anos de experiência de terreno, relatam um decaimento visível mas não absoluto na sua aplicação aos militares, a opinião de ex-combatentes em recruta na fase da guerra é diferente.

C., outro interlocutor, foi recrutado para o serviço médico já como oficial por causa da sua formação. Apesar de ter despertado o interesse por o seu posto estar directamente relacionado com a Acção Psicológica, acabou por dar como maior contributo uma imagem de quebra total de direcção tanto durante o período de formação como durante a sua comissão de serviço em Angola, durante a qual se deu o 25 de Abril de 1974. Revelou ter aproveitado a comissão para reforçar o conhecimento médico, e tendo sido informado que prestaria cuidados tanto a militares como, ocasionalmente, a civis, pediu formação adicional para cobrir áreas em que não tinha formação e que poderiam ser úteis. Um dos exemplos que deu foi o apoio a um possível parto numa aldeia em que estivessem, mas a resposta dos seus superiores

reflecte o que L. e T. relatam: “Disseram-me que não valia a pena, que o que importava era tratar os feridos que voltassem.”

Além de sugerir uma quebra na moral das tropas ao longo de toda a cadeia de comando, resultando na redução da atenção dada aos civis, este exemplo pode representar um elo quebrado na cadeia, uma das falhas na aplicação da Acção Psicológica que, acumuladas com outras, enfraqueceriam a sua aplicação. Contudo, estas falhas parecem pontilhar o panorama geral da APsic sem a mancharem por completo. Este programa parece ter sido tido em boa conta pelos ex-combatentes Tropas de Quadrícula entrevistados. L., T. e C., não representando uma amostra significativa dos largos contingentes mobilizados para essas forças, mostraram que a mensagem da APsic conseguia chegar a alguns militares presentes no terreno. Estes interlocutores, que ainda hoje compreendem o seu âmbito e se orgulham, de certa forma, da sua aplicação enquanto algo que permitiu ajudar as populações locais – que, notam, bem precisavam dela. Porém, o que estes interlocutores relataram sobre a sua acção é bastante diferente das acções que atribuem às Tropas Especiais, como os interlocutores ex-combatentes desse ramo confirmaram. É este o tema do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5 - TROPAS ESPECIAIS

As elites

O facto de uma contra-insurreição se combater principalmente com meios psicológicos, ou propaganda chamativa, e acção social, os actos que a acompanham, não significa que não seja necessária uma presença militar efectiva. Esta deve não só servir para manter a presença mas também para combater os grupos de guerrilheiros presentes no terreno, e pelas características destas forças de guerrilha devem até fazê-lo com mais rapidez e intensidade que o que fariam numa guerra dita normal. Foi esta necessidade que levou à criação das Tropas Especiais, que ficaram conhecidas - como os interlocutores que pertenciam à Tropa de Quadrícula referiram - pela sua brutalidade.

Em teoria, estas Tropas Especiais - compostas pelos Comandos do Exército, Fuzileiros da Marinha e Pára-quedistas da Força Aérea - deviam levar a cabo tarefas de combate de precisão, substituindo as grandes ofensivas da guerra convencional por acções dirigidas contra pequenos grupos descobertos em acções de reconhecimento, estivessem eles escondidos no mato ou no meio da população. Deveriam manter a população consciente de uma presença portuguesa forte e consistente, capaz de proteger mas também de exercer força, causando contudo o mínimo de estragos materiais ou humanos possíveis para não deixar ressentimentos contra os portugueses:

“A força material, ao desencadear a acção da destruição, matará uns e outros, fazendo derramar muito sangue inocente, e devastará bens de ambos, arruinando quem arruinado não deveria ser. E esse sangue e essas ruínas representarão novos lutos e novas lágrimas, lutos e lágrimas que gerarão novos ódios, ódios que a propaganda inimiga explorará a fundo para levantar novas populações contra nós. É a

violência a atrair a violência, a brutalidade a gerar a brutalidade, o ódio a provocar o ódio... Quantas vezes acontece populações, que nunca haviam estado contra nós e nunca haviam pensado fazê-lo, antes sempre desejarem estar connosco, acabarem por ser impelidas para o campo inimigo por virtude dessa violência” (Oliveira 1962:65)

A minimização de violência devia ser tentada, ao mesmo tempo, por duas razões ligeiramente diferentes. A primeira era o derramamento de sangue de civis no seio dos quais os guerrilheiros se escondiam, a segunda prendia-se com o facto de muitas vezes estes guerrilheiros serem, segundo a doutrina oficial, vítimas da propaganda inimiga (Afonso e Gomes 2000: 271). Assim, deveriam ser não liquidados mas sujeitos a um processo de pacificação que os reconverteriam à fidelidade à pátria portuguesa, podendo até, pelo seu conhecimento das táticas e posições das guerrilhas, ser decisivos no combate aos seus antigos camaradas.

Uma vez mais, levanta-se a questão de se a teoria era levada para a prática. Se para as Tropas de Quadrícula o trabalho feito com os informantes revela que, pelo menos em alguns casos, se procurou fazê-lo – mesmo que com algumas falhas e de forma díspar no espaço e no tempo – não parece ser possível afirmar o mesmo para as Tropas Especiais. A reputação que mantêm junto da generalidade dos ex-combatentes entrevistados não seria nunca suficiente para perceber claramente a actuação de Comandos, Fuzileiros ou Para-quedistas na Guerra, e responder à questão central da investigação, pelo que uma parte importante do trabalho passaria por contacto etnográfico com membros destas tropas. Contudo, esta reputação acabou por fazer com que muitos membros destas forças se quisessem afastar dessa imagem, evitando ainda hoje debate público sobre o assunto. Livros como “Massacres na Guerra Colonial” (Amaro 1976), que, de conteúdo propagandístico ou não, tiveram circulação livre a seguir ao fim da guerra, ajudaram a fixar esta imagem, difundindo-a ainda mais, e o clima político da altura evidenciou e deu destaque, negativo, aos ex combatentes.

Isto, associado às memórias difíceis associadas ao serviço militar, representou um obstáculo difícil de superar para o projecto. A opinião, informada ou não, de interlocutores do Estado Maior ou das Tropas de Quadrícula sobre as Tropas Especiais

não seria suficiente para um projecto que tenta captar uma descrição etnográfica, densa, da vida de quem presenciou a Guerra na primeira pessoa, ao mesmo tempo forçar o contacto seria eticamente reprovável. O compromisso encontrado consistiu em contactos curtos, quase casuais, com membros das mesmas forças, tentando captar diferenças e semelhanças nos seus discursos, e tentar a partir daí perceber não só o que era a norma, mas também episódios concretos que revelariam o respeito, ou não, pelas normas da APsic.

Contactos difíceis

Um dos primeiros contactos estabelecidos durante o estudo foi com J., não tendo, contudo, passado de chamadas telefónicas. Sendo verdade que presencialmente seria possível captar uma série de informações que não poderiam ser expressas pela fala, como a linguagem corporal (Silva 2012: 86), estas chamadas foram essenciais para compreender o discurso de um ex-Comando. Partindo da sua presença digital - a captação foi feita através de uma página de Facebook onde se planeava um almoço de convívio do batalhão de Caçadores 1779 - acabou por se definir uma imagem que se viria a reflectir nos contactos com outros ex-combatentes das Tropas Especiais.

Na primeira chamada, bastante longa - com cerca de duas horas - J. revelou-se bastante falador, partilhando com gosto algumas histórias da sua permanência em Angola e a relação que mantém com outros ex-combatentes que conheceu durante a guerra. Além disso, quando questionado sobre o treino e as dinâmicas no terreno, desenvolveu o assunto com alguma naturalidade, o que permitiu recolher informação e reforçar a imagem que se ia formando através da leitura dos materiais de arquivo. Contudo, quando questionado sobre o papel de um comando numa acção de combate, tornou-se mais hesitante, e não se mostrou à vontade para descrever a sua própria experiência a partir deste ângulo.

Isto prender-se-á à violência de algumas das memórias, mas talvez também à consciência da má imagem que essa força de combate criou para si mesma durante a Guerra Colonial. Surgiu, por vezes, um tom de desconfiança e desconforto, seguido de interrogações sobre o propósito do estudo. Numa ocasião, questionado sobre o

contacto com Flechas (unidades militarizadas da PIDE recrutadas entre grupos de bosquímanos no sul de Angola) respondeu serem mais merecedores dessa fama que os próprios comandos. Ao pedir para desenvolver, comentou: embora tivesse conhecimento de episódios que descreveu como “macabros”, disse nunca ter presenciado nenhum perpetrado por comandos, e que apesar de saber de fonte segura terem acontecido seriam raros, “mais a exceção que a regra”.

Em última análise, apesar da diferença na forma como se referia aos guerrilheiros - chamou-lhes maioritariamente “turras” (terroristas), enquanto os L., T. ou C. usavam termos mais neutros - o contributo mais marcante de J. foi não o que disse, mas o que não disse. Apesar de se ter, de facto, contextualizado o que era o treino de um comando e de ter referido a aplicação da APsic, o resultado desta entrevista tornou-se muito mais denso a partir do momento em que se recorreu à questão dos silêncios levantada por Tiago Matos Silva para a analisar. A forte recusa em comentar a sua experiência estendeu-se à dos seus camaradas de armas, e acima de tudo à ida ao almoço de convívio através do qual tinha conseguido contactar J. Recusou ainda uma possível entrevista presencial a solo ou com outros ex-combatentes, informando também que estes não teriam interesse num contacto.

Tendo desde o início o objectivo de não causar incómodo a qualquer informante, conforme discutido na metodologia, o contacto acabou por ser terminado relativamente cedo, e esta experiência serviu principalmente para confirmar a recusa referida por Silva e a sua origem: estaria alicerçada em actos de violência que hoje seriam condenáveis e a que cada sujeito não queria ser associado. Tendo em conta que a sua origem eram actos claramente contrários à Acção Psicológica, do ponto de vista do seguimento ou não da APsic, estes silêncios e a sua origem indicaram claramente que as regras não eram seguidas, pelo menos esporadicamente. Sendo verdade que a frequência com que isto acontecia é importante, convém lembrar que mesmo a doutrina oficial reconhecia que um único desvio podia ter consequências gravíssimas: “fizeram certamente, durante muito tempo, muitas vezes, pior num dia, para a nossa causa que muitos terroristas juntos, e assim viviam há anos.” (Adenda a Maio, Boletim do Estado Maior do Exército 1969 :12)

Vistos de fora

L., não fazendo parte das tropas especiais mas mantendo um contacto próximo por estar envolvido na sua organização e utilização em combate - era oficial do Estado Maior - começou por não referir ou comentar a acção destas tropas, mas à medida que se foi desenvolvendo uma relação de maior confiança, à-vontade e espontaneidade estas começaram a ser mais comuns na conversa. Nesse aspecto, reforçou a sua posição como um dos interlocutores centrais do estudo, uma vez que foi difícil encontrar quem estivesse dentro do assunto e estivesse disposto a falar dele. Uma vez mais, surgiram referências à imagem que os comandos mantiveram por causa da violência de algumas acções durante a guerra, imagem que L. diz ser, por vezes, justificada. Numa das últimas entrevistas, questionado sobre a relação dos militares portugueses com as populações locais, referiu “descuidos” que seriam mais comuns entre as tropas especiais.

Esses incidentes, propositados ou não, tinham a particularidade de permear várias partes da cadeia de comando, pelo menos a que estava presente no terreno. O exemplo que escolheu para ilustrar esta situação foi o massacre de um grupo de civis, inicialmente encoberto pelos oficiais no terreno. A chegada de rumores ao EME propiciou uma investigação que viria a confirmar as suspeitas, sendo os oficiais do Estado Maior pressionados pelos oficiais das tropas especiais para não apresentarem queixa, já que o ataque teria sido motivado por terem sido encontradas armas entre os civis. A situação acabaria por ser denunciada por causa da sua gravidade e intencionalidade, uma vez que tinham sido dadas ordens - completamente injustificadas, segundo L., por o grupo não conter homens de idade adulta e as armas se limitarem a dois *canhangulos*, ou armas improvisadas para caça ou auto-defesa.

L. reforçou uma ideia que já tinha expressado numa das entrevistas iniciais: que os ataques a populações, entre outras acções contrárias ao espírito da Acção Psicológica, poderiam acontecer enquanto actos isolados, mas que os de maior dimensão - e, portanto, mais graves - teriam que ter uma origem relativamente elevada na cadeia de comando, ou pelo menos a conivência desses oficiais superiores, algo que T. também tinha deixado claro quando questionado sobre a origem dos erros de implementação da APsic. É importante ressaltar que poderia haver uma diferença

na facilidade de aplicação de certas regras de conduta entre as tropas que tentavam manter a presença no terreno e as que eram chamadas para confrontos mais pesados, mas havia ao mesmo tempo uma consciência generalizada de que havia regras, escritas ou não, para respeitar - fosse por uma questão de valores humanos ou de eficácia no combate.

Excepções

Esta questão foi sendo posta em evidência durante o contacto com D., o único ex-combatente das tropas especiais que participou entusiasticamente neste estudo. Revelou, desde o início, vontade de contribuir, e apesar das dificuldades decorrentes de problemas de saúde associados tanto ao serviço militar como à idade avançada revelou compreender o âmbito do estudo e mostrou-se até bastante interessado no mesmo.

Tal como L., cumpriu comissões na Índia e em Angola e tal como ele, por causa do rápido desenrolar dos acontecimentos em Goa, Damão e Diu, seria em África que mais actividade desenvolveria. Com uma presença longa no terreno, D. ficou bastante familiarizado com o dia a dia das campanhas no mato. Afirma que apesar de as saídas do quartel serem maioritariamente de combate, muitas vezes sem aviso prévio por causa de um ataque surpresa ou emboscada a um grupo de militares, se tinha em conta a aplicação da Acção Psicossocial. Em algumas saídas, eram encarregados da distribuição de comida e medicamentos “aos desgraçados que lá viviam... os que não eram terroristas, claro”, e em ocasiões mais calmas chegaram a tentar manter relações amigáveis, propondo jogos de bola ou tentando conhecer a realidade local.

A uma certa condescendência sobre os locais, detectável no discurso de outros informantes e na própria doutrina, junta-se no discurso de D. a utilização de um vocabulário mais carregado. Tal como J., o outro informante que combateu nos comandos, referiu-se várias vezes aos “turras”, o que permite identificar uma distinção - perfeitamente expectável tendo em conta o contexto de acção - no discurso entre os ex-combatentes destas forças e os da tropa de quadrícula. Este epíteto, juntamente com a utilização da expressão “desgraçados”, foi a única referência à imagem que

estes ex-combatentes têm das populações africanas com que contactaram, tendo tocado neste assunto muito menos que os que estiveram na tropa de quadrícula e no Estado Maior. Assim, é importante reforçar que os militares que serviram na guerra não são um corpo monolítico e que o seu discurso, tema central desta dissertação, tem ligeiras variações de indivíduo para indivíduo, mas sobretudo de corpo militar para corpo militar - ilustrando a diferença na transmissão da APsic aos soldados.

Em termos práticos, esta distinção volta a revelar-se num episódio marcante para D. Após uma troca de tiros a sua companhia perdeu um homem e fez 3 prisioneiros, confrontado com a dificuldade de os transportar para a base, recebe ordens para os fuzilar. “Disse que não. Matávamos se fosse preciso, na guerra, mas depois disso não”.

Retira-se daqui que este tipo de acção, como outros interlocutores notaram, não deve ser considerado sempre um desvio dos de baixo mas uma ordem tomada por um oficial de patente relativamente elevada a partir de um quartel. Para D. este tipo de acção, além de nocivo à causa, é também vergonhoso e tem base em impulsos negativos. “Devíamos aprender com os animais, pelo menos eles não matam por vingança”. Ainda assim, mesmo que este tipo de incidente não fosse um caso isolado, seria mais a excepção do que a regra: “íamos lá por bem, mas uns iam mesmo para fazer mal”.

Semelhanças e diferenças

Os testemunhos de J., L. e D. foram importantes para perceber que a aplicação da Acção Psicossocial abrangeu uma grande parte das forças armadas, e apesar do papel diferente da Tropa de Quadrícula e das Tropas Especiais em nenhum destes serviços do exército se ignorou completamente a doutrina da APsic, e que mesmo no caso do segundo corpo, associado a actos contrários à mesma, alguns militares respeitavam a humanidade do inimigo. Contudo, verificaram-se diferenças marcadas na sua aplicação - o que é expectável tendo em conta o âmbito e o *modus operandi* das duas tipologias militares - que viriam desde o treino, que inculcou valores e necessidades diferentes aos militares dos dois lados. Não tendo incidido muito no

treino dos ex-combatentes entrevistados, as referências ao mesmo são bastante diferentes consoante o ramo militar.

L., T. e C. falam de um treino generalista e que os preparava para o terreno e, com algumas falhas - como o desprezo pela assistência a civis grávidas relatado por C. - para o contacto com civis, algo que é bastante enfatizado na teoria de manuais como *A Batalha da Certeza*. Por outro lado, D., que tocou brevemente na história da sua captação e recruta, dá a conhecer um treino muito mais cru e focado na resistência física e psicologicamente marcante - imagem de marca da recruta destas forças (Afonso e Gomes 2000: 199) - que prepararia os militares para a violência dos combates, treino esse que lhe deixou ferimentos graves que ainda hoje o marcam.

Esse processo, ele próprio parte da APsic, assente na *docilização dos corpos*, garantiu com mais ou menos falhas, estruturais ou casuais, a aplicação da mesma. Pode-se afirmar que a Acção Psicológica não foi um fracasso total, e o que a teoria propunha - e as análises militares actuais declaram ser importante na condução de um conflito - foi, de facto, executado, ficando impressas nas mentes as marcas que ainda hoje o permitem estudar. A comparação exaustiva entre depoimentos e com a literatura garantiu que, mesmo que o número de entrevistados não seja representativo do grande contingente de tropas no terreno, não se tomaram afirmações superficiais como prova, e que se procurou sempre analisar criticamente o discurso de cada interlocutor para evidenciar o que era recorrente, dito quase inconscientemente e subjacente a cada palavra proferida.

Se, até aqui, esta dissertação se ocupou do uso da Antropologia para uma compreensão mais total destes processos, usando uma metodologia que não é comum na análise militar, vai focar no seu capítulo final do processo oposto: de que forma esta ciência informou não só a APsic, mas também o restante esforço político-militar dos últimos anos de Portugal em África. Isto não significa que se renuncie à disciplina, mas que com algumas excepções, a maior parte das informações virá de arquivo.

CAPITULO 6 - A ANTROPOLOGIA NA GUERRA

Uma guerra de informações

As informações militares ou *intelligence*, como são hoje regularmente denominadas, foram um ponto central durante a Guerra Colonial (Cann 1996: 217, Afonso e Gomes 2000: 234, Lopes *in* Moreira: 219). Este facto advém do facto já referido de o tipo de guerra lutado nas ex-colónias ser bastante diferente do convencional, em que estrategicamente era tão importante incapacitar o inimigo como não afectar a população, o que requeria uma rede de informação bem preparada para saber exactamente onde e quando atacar. Além de minimizar a frequência de actos violentos, que levariam a população a apoiar, ou até juntar-se, aos movimentos de libertação, minimizavam-se os custos com a guerra e mantinha-se o objectivo de desgastar o inimigo poupando tanto quanto possível as tropas portuguesas.

A centralidade das informações foi notada por muitos dos interlocutores, como T. e L. Para este interlocutor, que a referiu logo na primeira entrevista, a informação era a base de toda e qualquer operação. Os guerrilheiros escondiam-se no mato e nas povoações, entre civis, e qualquer coisa que permitisse perceber precisamente em que arbustos se escondiam e, numa aldeia, quem era um alvo e quem não podia de todo ser atingido era um factor essencial na manutenção da supremacia sobre o território.

“Como tudo se passava em lugares recônditos, no meio do mato, a supremacia tecnológica, a organização e os aviões não chegavam, o exército dependia a 100% de qualquer migalha de informação”. T., que forneceu alguma bibliografia para análise, incluiu como grande referência o *Boletim de Informação da 2ª Repartição do Estado Maior do Exército* - dedicada, como as outras segundas repartições do exército, à *intelligence* - por ver neste tipo de publicação um suporte essencial aos oficiais no terreno, muitas vezes o único meio que tinham para perceber o que se estava a passar e poderem traçar planos fidedignos.

A existência de um serviço de informações competente é recomendada por vários órgãos governamentais em 1961, ainda antes do início dos ataques que dariam origem à guerra. O estabelecimento do Serviço de Informações do Governo Geral é prontamente seguido, poucos meses depois do início das hostilidades, da criação do Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, que viria mais tarde a ter homólogos na Guiné e em Moçambique (Cann 1996: 219).

Estes serviços, que tinham como função tratar e homogeneizar a informação recolhida de formas bastante díspares por forças diferentes, possibilitaram a utilização eficaz de táticas radicalmente diferentes entre si. Por um lado, garantia-se a utilização dos meios adequados à recolha de várias formas de informação tais como denúncias, documentos abandonados ou encontrados, dissidentes ou prisioneiros a interrogar; por outro lado, tornava-se exequível a sua difusão por órgãos que não teriam possibilidade de as obter pelos seus próprios meios.

Alianças improváveis

Uma das experiências mais inovadoras - mas nem por isso únicas, uma vez que depois foram replicadas por países como a Rodésia⁷ - a este nível foi a criação dos Flechas, inicialmente captados pela PIDE entre grupos caçadores-recolectores do sul de Angola para recolher informação quando esta dependia de uma acção ofensiva⁸.

Para efeitos de coordenação, esta componente militarizada da polícia do regime viu a sua autonomia operacional submetida ao controlo do EME - e os seus efectivos foram armados com espingardas de assalto quando as baixas se começaram a acumular. Contudo, nunca deixaram de estar ligados à polícia do regime. Assim,

⁷ A Rodésia (1965 – 1979) foi um país não-reconhecido estabelecido por uma minoria branca, que subverteu a concessão da independência do Reino Unido para, sendo independente, manter um sistema de opressão racial.

⁸ Havendo alguma literatura disponível sobre o tema, e apesar de a maior parte dos informantes ter conhecimento desta força e a ter referido, a informação aqui presente vem sobretudo de uma obra de John P. Cann de âmbito mais específico que a sua outra já citada: *Os Flechas*, dedicada exclusivamente a este corpo (Cann 2018).

apesar de se terem eventualmente transformado numa força de guerrilha contra os movimentos de libertação, tiveram sempre presente uma das funções a que a PIDE mais se prestava: as informações, que eram depois partilhadas com a generalidade das forças armadas. Apesar de raramente “trazerem prisioneiros que ainda estivessem em estado de ser interrogados”, como L. comentou, eram importantíssimos em operações de reconhecimento, tanto a descobrir bases como a atacá-las e a capturar documentos para análise e armas.

Estas informações, tão essenciais à aplicação correcta da APsic, resultavam da mesma lógica de instrumentalização das populações africanas que tentava estabelecer. A génese dos Flechas, compostos na totalidade por recrutas africanos, seguiu as linhas orientadoras da doutrina: dar a essas tropas um *esprit de corps* associado à Pátria portuguesa. Os Flechas viviam com as suas famílias em bases militares portuguesas mas separados dos restantes militares, cumprindo ainda assim rituais como o hastear da bandeira para marcar a sua integração na *portugalidade* ou a ida à missa semanal, uma vez que se tinham convertido ao Cristianismo. Contudo, a integração estava longe de ser perfeita, e geralmente falando a APsic caía em alguns erros para os quais alertava.

Apesar de o discurso oficial ser aparentemente anti-racista, tem contradições profundas a este nível. Ao mesmo tempo que Oliveira relembra constantemente o leitor que os povos africanos são vítimas de racismo por parte de muitos brancos, e que isso dificultava a pacificação das colónias, pede ao português branco que recorde os seus irmãos negros têm “uma aversão atávica pelo trabalho” e lhes possa mostrar o caminho certo (Oliveira 1962: 197). De forma igualmente contraditória, relembra que estes teriam uma “predisposição latente pelo feiticismo” ou que a pertença à Pátria devia ser cultivada para substituir o tribalismo que ainda caracterizava, mesmo que apenas parcialmente, a sociedade negra dita *evoluída* (*idem*: 198).

Ao mesmo tempo, esta integração não significava que se lhes pedia que renunciassem completamente a alguns traços culturais, como a poligamia, ou ao seu modo de vida, uma vez que este era uma das suas mais valias: sendo caçadores-recolectores, estes povos eram óptimos pisteiros - descritos como tendo capacidades que nem outros africanos nem europeus conseguiam desenvolver durante o treino - e

estavam habituados à preparação de emboscadas, factores que contribuíram grandemente para o seu sucesso em combate e que estiveram na base do seu recrutamento. (Cann 2018: 51).

Trabalho no campo

A Antropologia portuguesa na primeira metade do século XX focou-se maioritariamente no interior da metrópole, e pouca atenção dada pelos antropólogos às colónias era quase exclusivamente do ramo da Antropologia Física. Contudo, a partir dos anos 50, uma mudança nas políticas coloniais vai reforçar o interesse da administração colonial na Etnologia, que se esperava poder sustentar novas formas de poder (Pereira 2005: 177). Vai ser pela via da pesquisa que os fundadores dos Flechas vão descobrir os seus futuros combatentes. O seu criador, Óscar Cardoso, tinha sido informado da existência destas populações por Manuel Pontes, administrador do distrito do Cuando Cubango. Pontes conhecia-os bem por ter feito no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, hoje ISCSP, um curso que incluía Etnografia e que culminava com a redacção de uma monografia etnográfica sobre um povo nativo do império colonial português, como todos os administradores coloniais à época tinham que fazer.

Pontes, pela sua experiência prévia no terreno enquanto funcionário colonial, escolheu os Khum do Cuando Cubango e desenvolveu trabalho de campo prolongado entre eles, aprendendo a língua e ganhando a confiança dos grupos que tipicamente se isolavam e entravam em conflito com as populações Bantu adjacentes. Assim este contacto prolongado, típico do método etnográfico associado à figura emblemática de Bronislaw Malinowski, foi um dos maiores contributos para este projecto militar.

A continuidade no tempo destas acções de estudo, descritas em *A Batalha da Certeza* como garante de uma “acção intensiva”, teria como objectivo “a definição dos grupos humanos com base na etnia e, para cada um deles, dos vários subgrupos assentes no grau de civilização e na implantação” em cada quadrícula de terreno (Oliveira 1962: 196). Este estudo, bem como a aplicação das determinações que dele surgissem, deveria ser continuamente mantido (*idem*: 189), ficando assim

demonstrado o seu carácter de longa duração. Além disso, a forma como a literatura o descreve tem uma base etnográfica, independentemente de ser ou não usado este termo:

“É sabido que qualquer zona vale o que valerem os seus habitantes. Daí, tornar-se essencial conhecer em pormenor o valor espiritual e material das populações das diferentes malhas, conhecimento a adquirir pelo estudo de vários factores que as integram, por forma a definir os grupos humanos que as habitam e, deles, os que, para determinadas circunstâncias de momento, oferecem as condições mais favoráveis ao êxito da acção. As características psicológicas e sociais, não só permanentes mas também ocasionais, associadas ao meio geográfico e topográfico local [...] dirão quais deles se encontram nessas condições” (Oliveira 1962: 194)

As “monografias psicossociais”, como o autor lhes chama, que incluem temas como a religião ou a “cultura” locais (*idem*: 210), recomendadas pela obra foram de facto feitas e postas a uso, como obras posteriores de carácter académico demonstram. Segundo o tenente-coronel Francisco Proença Garcia⁹, à semelhança do que se passou nas outras colónias em guerra, a 2ª repartição do Quartel General da Região Militar de Moçambique, dirigida pelo então tenente-coronel Pedro Cardoso, publicou os Relatórios *Populações de Moçambique* (Janeiro de 1967) e *Panorama etno-religioso de Moçambique* (*idem*), compilações massivas de dados etnográficos, linguísticos e sociológicos sobre os quais se poderiam alicerçar acções psicossociais. Nestas, explicitava-se “a malha de controlo sobre as autoridades tradicionais e a população em geral,

⁹ Professor Associado com Agregação no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Universitário Militar, trabalhando maioritariamente nas áreas de Relações Internacionais, Estudos de Segurança e Estudos Africanos.

e as suas relações com o exterior. Este trabalho de informações revertia em favor de uma actuação prática e efectiva sobre as populações” (Garcia in Moreira 2004: 242).

Em entrevista para este projecto, Adriano Moreira, então ministro do Ultramar, descreveu a sua curta passagem pelo ministério como uma fase de mudança a este nível. Começando a carreira diplomática relativamente cedo, apercebe-se, sobretudo por ocasião de visitas de estudo organizadas à sede da Organização das Nações Unidas, que o mundo era diferente do que era transmitido pelo sistema educacional estado-novista, e que o império teria que se adaptar para sobreviver. “Algumas coisas ficaram-me gravadas na memória. Uma foi na sede da ONU, em Nova Iorque, (...) um indiano, sikh, vestido à sikh! Para mim era uma coisa até então impensável (...) e foi aí que percebi que o mundo estava em mudança, e que nós também tínhamos que mudar” (Entrevista a 6 de Junho de 2018). Moreira manteria, durante a sua carreira, a consciência deste facto, sabendo que essa adaptação requeriria, em primeiro lugar, estudar o panorama geográfico, sociopolítico e cultural a nível mundial.

Num período de dois anos, precedido de outros dois enquanto Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Moreira reformou a administração colonial com medidas como o fim do estatuto do indigenato, mas já seria demasiado tarde para impedir a escalada da contestação. A questão do estudo da situação terá, aqui, uma influência fortíssima, que se vai manifestar numa aproximação da Universidade e da política. Esta posição era um reforço do que o seu predecessor no ministério tinha feito e Moreira encontra exemplos históricos que remontam ao reinado de D. Diniz – que, com a sua estruturação do Estudo Geral, uniu num primeiro exercício de interacção o poder militar e o académico.

Este projecto vai passar pela criação de universidades em Angola e Moçambique mas também vai ter repercussões para a academia na metrópole. A Antropologia não é deixada de parte, e virá a ter um papel importante nos últimos anos do regime colonial. Havendo outros actores, é Jorge Dias que é mais lembrado pela sua obra, sobretudo os quatro volumes de *Os Macondes de*

Moçambique (1964). Moreira afirmou ter tido conhecimento de Dias pelos seus primeiros trabalhos sobre Trás-os-montes, de onde o ex-ministro é originário.

Com a consciência de que a acção a tomar teria de ser rápida, por a onda de independências nos territórios circundantes estar a acelerar a contestação, Dias é contactado e rapidamente passa de um posto precário em Coimbra para ser catedrático em Lisboa. Essa urgência traduz-se até no processo de contratação: alteraram-se as regras que até então só permitiam a doutorados em universidades portuguesas ter esse cargo, uma vez que Dias se tinha formado na Alemanha.

A Antropologia portuguesa entra então num período de mudança, em que o ramo socio-cultural começa a ter destaque, algo já descrito por Rui Mateus Pereira em *A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina* (Pereira 1989: 67) Além da importância que este processo tem em termos académicos, será bastante relevante em termos políticos e militares, uma vez que dará origem à recolha e produção de informação utilizável (*idem* 1989: 64).

Além da produção académica destinada a circulação pública, Dias e a equipa compilaram relatórios dirigidos ao Ministério do Ultramar ao abrigo da Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (MEMEUP). O conteúdo é variado, mas inclui referências à situação social nos então territórios ultramarinos, bem como informações consideradas relevantes em *A Batalha da Certeza* (Oliveira 1962), muitas vezes em tom de aconselhamento. Num relatório confidencial de 1960, Jorge Dias deixou um aviso claro, que vai de encontro ao que Oliveira recomenda dois anos depois.

“Porque razão observamos esta exaltação a que alguns chamam impropriamente de nacionalismos africanos? Certamente porque nós, brancos, não lhes damos plenos direitos, os humilhamos e somos injustos. É por isso que muitos não gostam que uma pessoa como o prof. Orlando Ribeiro diga o que diz. Mas o que eles ignoram é que estamos a fazer um jogo perigoso,

porque em vez de conhecer o mal e tentar remediá-lo tratam de, como se diz das avestruzes, esconder a cabeça e julgar que tudo vai bem. As coisas não vão bem quando os nossos irmãos de cor pensam e sentem desta maneira. As coisas só irão bem quando formos capazes de os ter ao nosso lado.” (Dias, Guerreiro e Dias 1960: 53)

Surge assim, pela mão da figura maior da Antropologia Cultural em Portugal entre as décadas de 50 e 70, uma indicação da relação entre a comunidade académica e do poder político - e, por extensão, militar – nas duas últimas décadas do regime. Contudo, havendo ou não uma utilização política do saber académico, a chamada de atenção de Dias em relação à situação em que as populações africanas se encontravam e ao descontentamento que daí adviria, revela-se consciente das condições reais dos Africanos e da atitude repreensível de colonos brancos, instando à sua alteração. O pedido de aconselhamento que lhe é pedido é remanescente dos descritos por Montgomery McFate em *Military Anthropology* (2018), mostrando como esta relação pode ser vista como parte de um padrão mais geral de interação entre Antropologia e poder.

Ao mesmo tempo, nota-se que esse padrão não é unilinear e que, se o poder influencia, por vezes, a Antropologia, também é verdade que a relação inversa se verifica. A análise de Dias, mesmo que condicionada pelo panorama político de então, parece ser subjacente à acção da APsic, levando em potência à aplicação de uma doutrina que, não tendo em última análise garantido um desfecho favorável para a guerra, contribuiu para sustentar práticas de contra-insurreição consideradas adequadas pelas lideranças militares. Essas considerações finais sobre a Antropologia na guerra serão elas mesmas explicitadas na conclusão a partir de um ponto de vista antropológico, juntando assim as duas acepções diferentes de *Antropologia Militar*, ambas usadas nesta dissertação: uma que se refere à utilização da ciência na guerra e outra que permite um estudo científico deste fenómeno social.

CONCLUSÃO

A 25 de Abril de 1974, um golpe de estado derrubaria o regime do *Estado Novo* e pouco mais de um ano depois seria dada independência a todas as colónias portuguesas. Apesar de não se poder afirmar que essa independência foi conseguida através de um desfecho militar decisivo, é verdade que se contam entre as razões de descontentamento dos militares revoltosos a não-resolução de uma guerra que já contava com 13 anos e que muitos consideravam sem sentido ou que pelo menos não compensaria o esforço humano envolvido. A importância da APsic para a história portuguesa assenta neste facto, já que, não sendo embora o único factor contributivo para a resolução ou não da guerra, teve um papel que importa estudar para poder traçar um retrato mais completo do que se passou.

Assim importa, em primeiro lugar, compreender de que forma a APsic actuou, e este projecto tentou fazê-lo seguindo uma metodologia antropológica. Tendo recorrido a arquivo e analisado fontes primárias e secundárias, uma parte importante dos dados foram recolhidos ao longo de entrevistas, espalhadas ao longo de quase dois anos, a ex-combatentes. Tentou-se estabelecer uma relação de confiança com os interlocutores, o que, tendo resultado melhor nuns casos que noutros, levou a que se conseguissem informações mais fidedignas que um inquérito breve ou demasiado estruturado permitiria.

As perguntas incidiram geralmente sobre a Guerra Colonial e a Acção Psicológica, o seu âmbito e aplicação. Além destes pedidos de opinião directa, que permitiram perceber como os programas psicossociais eram visto pelos militares no terreno, tentou-se perceber através dos contributos dos interlocutores como os próprios tinham sido afectados pela APsic. Tendo como objectivo operar tanto sobre populações africanas como junto dos combatentes metropolitanos, a APsic tinha junto destes últimos um objectivo duplo: garantir o bom tratamento das populações africanas e manter o moral das tropas em alta. Uma análise ao discurso dos interlocutores permitiu-nos alcançar o objectivo de perceber como encaravam a

população e a justeza da guerra, factores que o Estado Maior tentava controlar. O sucesso das acções parece ter diferido em cada um destes casos. Em primeiro lugar, a maior parte dos interlocutores parece ter mantido uma imagem positiva das populações com que contactou, estando em concordância com os objectivos da APsic. Por outro lado, a quase totalidade classificou a guerra como fútil ou mesmo injusta – o contrário do que a propaganda dirigida aos militares procurava passar. Por fim, havendo uma ideia positiva sobre as campanhas psicológicas, os informantes mostraram-se longe de as achar consensuais.

Por um lado, como T. comentou quando questionado sobre a eficácia do programa, “completamente eficaz não foi, senão eles não tinham ganho tracção, não é?”. Este interlocutor afirmou que apesar de, em última análise, os objectivos do governo português não terem sido assegurados, houve algum mérito no desenvolvimento do programa, já que considera que sem estes esforços a degradação da situação militar poderia ter sido mais rápida. Esta avaliação coincide com a que é sugerida por este estudo e pela literatura analisada. Nas suas várias obras, John P. Cann aponta como causa desse insucesso, não factores táticos, mas macropolíticos, que terminariam a guerra independentemente da situação no terreno.

Para T., a guerra foi perdida, de um lado, por os guerrilheiros saberem que lutavam uma guerra justa e muitos portugueses terem dúvidas sobre a moralidade da sua causa. Por outro lado, o cansaço acumulado, provocado por 13 anos de guerra, e as condições materiais na metrópole levariam os oficiais a passarem à acção directa e mudarem a situação política no país, derrubando o governo. L., que respondeu de forma semelhante, afirma mesmo que independentemente do desempenho da APsic ou das forças portuguesas no geral não seria possível manter a presença portuguesa em África, pelo menos da forma como era pensada até então.

Tal como C. relatou, nos últimos meses de guerra em Angola havia um ambiente não propriamente derrotista, já que a actividade inimiga se revelava residual, mas de desgaste por não haver esperança de uma resolução rápida para o conflito. O colonialismo tinha os dias contados, e a pressão das independências vizinhas acabaria por ser tão forte que eventualmente levaria ao abandono das

colónias de uma forma ou outra. A boa-vontade que estes interlocutores afirmaram levar para o terreno não poderia, assim, ter resultados práticos.

Ao mesmo tempo, L. reparou que a situação no fim da Guerra era diferente em cada um dos teatros de guerra, e por vezes díspar dentro de uma mesma província ultramarina. Se em Angola a actividade dos movimentos de libertação tinha caído a um nível residual, na Guiné a situação era vista por muitos como uma causa perdida - o General Spínola, uma das figuras centrais do golpe de "25 de Abril", era o responsável máximo desta colónia e insistiu repetidamente com Marcelo Caetano para uma concessão de independência parcial, que nunca foi aceite. Moçambique revelava uma situação muito mais complicada, em que ao sul relativamente pacífico se contrapunha um norte violento, afectado por cada vez mais operações de grande escala lançadas pela FRELIMO.

L. vê aqui a influência de vários factores, e a correcção do desenvolvimento da guerra psicológica seria um deles, mesmo que não o mais central. Afirmou que tanto quanto sabia o general Kaúlza de Arriaga, governador militar da província de Moçambique, nunca tinha sido completamente favorável a esse tipo de acção. Além de a acção dirigida aos civis africanos parecer não ter sido homogénea, a acção dirigida aos militares também parece ter variado fortemente, conforme se foi mostrando ao longo desta dissertação.

Além de todos os informantes relatarem tanto boas práticas como desvios na aplicação da APsic, provenientes tanto de baixas como de altas patentes, há um diferencial nestes casos quando se focam as Tropas de Quadricula e as Tropas Especiais. Estas últimas, compostas de comandos, pára-quedistas e fuzileiros, estavam mais viradas para acções ofensivas que as primeiras, sobre as quais recaía grande parte da responsabilidade pela aplicação da APsic - manter a presença e contacto com a população e distribuir alimentos e apoio médico. Os informantes que pertenceram às forças especiais acabaram por revelar não só uma maior incidência de comportamentos contrários à APsic como alguns marcadores discursivos mais negativos, o que revela uma menor adesão à doutrina do programa.

O pouco à-vontade que académicos como Tiago Matos Silva já apontaram a ex-combatentes destas forças verificou-se ao longo do desenvolvimento do estudo. Estes

silêncios dever-se-iam a actos que, além de contrários à APsic, seriam moralmente repreensíveis. Estes comportamentos foram até indicados por interlocutores externos às Tropas Especiais, como L., que teve conhecimento de pelo menos um destes casos. Apesar de demonstrar confiança e ter aceitado participar no estudo de forma dinâmica e sem reservas, o caso de D. vem reforçar esta ideia de um maior afastamento da Acção Psicossocial.

Mesmo que tenha revelado opôr-se a actos de brutalidade ordenados pelos seus superiores, este ex-comando demonstrou ainda assim que foram dadas ordens completamente contrárias às regras não só da APsic mas também do direito militar internacional. O seu depoimento sustentou a opinião, dada por T., de que os desvios com efeitos mais nocivos não poderiam vir apenas da base da cadeia de comando, já que para terem alguma expressão teriam que ser permitidos ao longo de vários níveis da cadeia hierárquica.

Tanto D. como J. revelaram o uso de um marcador linguístico que, tendo sido referido por ex-combatentes da Tropa de Quadrícula e do Estado Maior, não foi usado regularmente por estes últimos durante as entrevistas. Enquanto a doutrina oficial apresentava os guerrilheiros como cidadãos portugueses que tinham sido levados ao engano e deveriam ser acolhidos de volta quando percebessem o seu erro, estes interlocutores referiram-se-lhes recorrentemente como terroristas ou *turras*, mostrando que, entre as tropas especiais, a teoria não tinha passado tão definitivamente à prática.

Um dos objectivos maiores desta tese fica, assim, alcançado: perceber como a APsic permeou a consciência das tropas, que é, no fundo, uma das consequências duradouras que ainda hoje podem ser estudadas. Daí resultou num retrato não muito homogéneo, com as Tropas de Quadrícula mais alinhadas com os objectivos das acções psicossociais do que as Tropas Especiais.

Finalmente, há um outro grupo a que a APsic se deveria dirigir mas que parece ter sido aquele em que a propaganda menos efeito teve. A população branca das colónias, vinda da metrópole ou já nascida em terreno africano, é apresentada tanto na bibliografia analisada como no discurso de vários interlocutores como abertamente racista e bastante adversa face aos africanos. Os relatos de exploração dados em A

Batalha da Certeza revêm-se nas palavras de L. – “o problema eram eles [os colonos], não eramos nós que éramos racistas”, opinião corroborada por T. A opinião destes interlocutores está em concordância com a literatura analisada:

“É esta subtilidade, que torna bastante real e operativa a diferença entre «colónia» e «província ultramarina» (consubstanciando-as assim em detrimento da análise que mais simplesmente carimba as mudanças administrativas do Estado Novo como pura cosmética), que está na base de uma explicação para a constante e recorrente conflitualidade entre soldados e colonos, não só em Moçambique (onde se chegaram, com os acontecimentos de Janeiro de 1974 na Beira, às mais extremas e óbvias demonstrações de desamor entre os dois grupos) mas também em Angola e na Guiné (...) e justificando nalguns casos, como na poesia de Carmo Vicente (que cumpriu comissão em Moçambique), uma paradoxal identificação com os nativos em detrimento dos colonos brancos que tinham “alcatifas, música e alegria feitas da pele, do choro, da tristeza dos pretos” (AA.VV. s.d.: 63), estes colonos que eram percebidos eles sim como «donos daquilo», daquilo que os soldados se viam na obrigação de defender em benefício único e exclusivo de quem nem sequer lhes reconhecia o sacrifício e abnegação.” (Silva 2007: 35)

Pode-se então afirmar que o problema não seria a APsic falhar por falta de mérito mas porque o problema do colonialismo era muito mais extenso que o efeito de qualquer acção militar. Adicionalmente, em última análise a guerra tem um fim abrupto por causa das condições sócio-económicas na Metrópole (algo que estava completamente fora do âmbito destas acções). Tendo reconhecidas falhas, como os interlocutores apontaram, estas parecem diminutas em comparação com os problemas estruturais do colonialismo, e tendo em conta as difíceis memórias evocadas por anos de opressão e o facto de a guerra de libertação já ter começado. Mesmo uma acção psicológica dirigida aos colonos brancos pareceria insuficiente no

panorama geral, embora pudesse ter equilibrado ainda mais os pratos da balança – pelo menos em termos de poderio militar.

Ficou assim estabelecida a resposta à questão principal desta dissertação: apesar da existência de falhas, a quase totalidade dos interlocutores afirmaram que a Acção Psicológica tinha sido uma influência positiva (dependente do ponto de vista) sobre os africanos, ao mesmo tempo, o seu próprio discurso permitiu demonstrar que a Acção Psicológica surtiu o efeito desejado sobre eles, mesmo que de forma heterogénea.

Finalmente, no último capítulo, abordou-se a ligação entre Antropologia e poder político e militar, tendo sido evidenciados alguns exemplos ocorridos durante a Guerra Colonial. Cabe, a esse respeito, fazer uma observação final: o presente estudo, sendo dedicado precisamente a essa área, é ao mesmo tempo seu componente, já que consiste num estudo antropológico de uma acção militar.

BIBLIOGRAFIA / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2ª Repartição do Estado Maior do Exército. 1969. *Boletim de Informação*. Lisboa: Estado Maior do Exército

3ª Repartição do Estado Maior do Exército. 1961. *O exército na guerra subversiva*. Lisboa: Estado Maior do Exército

Almeida, Sónia Vespeira de. 2007. “Campanhas de divulgação cultural e acção cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva”. *Arquivos da memória Antropologia, Escala e Memória* nº2 (Nova série). Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa

Almeida, Sónia Vespeira de. 2009. *Camponeses, cultura e revolução – Campanhas de divulgação cultural e acção cívica do MFA (1974-1975)*. Lisboa: Colibri/IELT

Afonso, Aniceto e Carlos Matos Gomes. 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias

Amaro, José. 1976. *Massacres na Guerra Colonial. Tete, um exemplo*. Lisboa: Ulmeiro

Angelo, Fernando Cavaleiro. 2017. *Os Flechas. A tropa secreta da PIDE/DGS na guerra de Angola*. Alfragide: Casa das Letras

Asad, Talal. 1973. *Anthropology and the Colonial Encounter*. Amherst NY: Humanity Books

Barroso, Luís. 2018. “Marcelo Caetano e a Origem do Exercício ALCORA”. *Cadernos de Estudos Africanos* nº 35. PP 33-59. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Bragança, Aquino de e Immanuel Wallerstein. 1982. *The African Liberation Reader*. London: Zed Press

Burgess, Robert. 1997. *A pesquisa de terreno*. Lisboa: Celta

Caio, Horácio. 1964. *Angola – Os dias do desespero*. Lisboa: Grupo de Publicações Periódicas

Cabaço, José Luís. 2007. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese de Doutoramento. São Paulo: USP

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>

Cann, John Pearce. 1996. *Portuguese Counterinsurgency Campaigning in Africa 1961-1974: a Military Analysis*. London: Department of War Studies - King's College, London University of London

Cann, John Pearce. 2005. *Contra-Subversão em África - Como os Portugueses Fizeram a Guerra em África*. Lisboa: Prefácio

Cann, John Pearce. 2018. *Os Flechas - Os caçadores Guerreiros do Leste de Angola*. Cascais: Tribuna da História

Cardina, Miguel e Bruno Sena Martins. 2018. "Massacre de Batepá em S. Tomé e Príncipe". In Cardina, Miguel e Bruno Sena Martins (Eds.). *As voltas do passado. A Guerra Colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China

Chaliand, Gérard. 1969. *Armed Struggle in Africa: With the Guerrillas in "Portuguese" Guinea*. New York/London: Monthly Review Press

Civil-Military Cooperation Centre of Excellence (CCOE). 2012. *CIMIC FIELD HANDBOOK 2012*. The Hague: Civil-Military Cooperation Centre of Excellence

Davidson, Basil. 1978. *Angola – No centro do furacão*. Lisboa: Edições Delfos

Dias, Jorge, Manuel Viegas Guerreiro e Margot Dias. 1960. *[Confidencial] Relatório da campanha de 1959 (Moçambique, Angola, Tanganhica e União Sul Africana)*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação do Ultramar

Dias, Jorge, Manuel Viegas Guerreiro e Margot Dias. 1964. *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar

Fanon, Frantz. 1968. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira

Fanon, Frantz. 2008. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA

Fanon, Frantz. 1967 [1964]. *Towards the African Revolution*. New York: Grove Press

Fentress, James e Chris Wickham. 1992. *Social Memory*. Oxford: Blackwell Publishers

- Florêncio, Fernando. 2002. "Christian Geffray e a antropologia da guerra. Ainda a propósito da obra *La Cause des Armes au Mozambique*". *Etnográfica* vol. 7 nº2 2002. Lisboa: CRIA http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_06/N2/Vol_vi_N2_347-364.pdf
- Foucault, Michel. 2004 (1975). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes
- Garcia, Francisco Proença. 2004. "A importância das informações na condução da guerra em Moçambique". In Moreira, Adriano (Coord.). *Informações e Segurança: Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. PP 233-255. Lisboa: Prefácio
- Giap, Vo Nguyen. 1976. *Guerra do povo Exército do povo*. Lisboa: Ulmeiro
- Godinho, Paula (coord.). *Usos da memória e práticas do património*. Lisboa: Edições Colibri
- Guerreiro, Manuel Viegas. 1968. *Bochimanés Ikhũ de Angola*. Lisboa: Centro de Estudos políticos e sociais da junta de investigação do Ultramar
- Guevara, Ernesto. 1985 [1960]. *Guerrilla Warfare*. Lincoln: University of Nebraska Press
- Hastings, Max. 2016. *A guerra secreta. Espiões, códigos e guerrilhas 1939-1945*. Amadora: 20|20
- Humbaraci, Arslan e Nicole Muchnik. 1974. *Portugal's African Wars: Angola, Guinea-Bissao, Mozambique*. New York: The Third Press
- Kilpatrick, James Jackson. 1968. *A Special Study of the Portuguese Provinces: A Place for Pioneers*. American-African Affairs Association
- Lawrence, Thomas Edward. 1938 [1926]. *Seven Pillars of Wisdom – A Triumph*. New York: Garden City Publishing co.
- Leitão, Joaquim. 2012. *A Guerra*. Disponível em <https://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p28097/2> (acedido em 10/06/2018)
- Lenin, Vladimir Ilyich. 1975. *¿Que hacer?* Pequim: Ediciones en lenguas extranjeras
- Lind, William S.; Colonel Keith Nightengale; Captain John F. Schmitt; Colonel Joseph W. Sutton e Lieutenant Colonel Gary I. Wilson. 1989. "The Changing Face of War: Into the Fourth Generation". *Marine Corps Gazette* October 1989. PP 22-26. Quantico: Marine Corps Association and Foundation

Lobo Antunes, Maria José. 2015. *Regressos Quase Perfeitos. Memórias da Guerra em Angola*. Lisboa: Tinta da China

Lopes, Ernâni Rodrigues. 2004. "Informação, Informações e Estratégia Económica Empresarial". In Moreira, Adriano (Coord.). In *Informações e Segurança: Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. PP 219-232. Lisboa: Prefácio

McFate, Montgomery. 2018. *Military Anthropology. Soldiers, Scholars and Subjects at the Margins of Empire*. London: Hurst & Company

Madden, Raymond. 2012. *Being Ethnographic. A guide to the theory and practice of Ethnography*. Los Angeles, California, New Delhi, Singapore: Sage.

Meneses, Maria Paula; Celso Braga Rosa e Bruno Sena Martins. 2017. "Colonial Wars, Colonial Alliances: The Alcora Exercise in the Context of Southern Africa". *Journal of Southern African Studies* 2017, PP. 397-410. Abingdon: Taylor & Francis

Moreno, José A. 1970. "Che Guevara on Guerrilla Warfare: Doctrine, Practice and Evaluation". *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 12, No. 2 (April 1970). PP. 114–133. Cambridge: Cambridge University Press

Nunes, António Pires. 2002. *Angola (1966-74). Vitória Militar no Leste*. Lisboa: Prefácio

Oliveira, Hermes de Araújo. 1962. *A batalha da Certeza*. Lisboa: Estado Maior do Exército

Pélissier, René. 1978. *La colonie du Minotaure*. Orgeval: Pélissier

Pélissier, René. 2013. *História das Campanhas de Angola vol.2*. Lisboa: Editorial Estampa

Peralta, Elsa. 2007. "Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica". *Arquivos da Memória. Antropologia, escala e memória nº2 (nova série)*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa

Pereira, Rui Mateus. 1989. "A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina". In *Antropologia Portuguesa Vol. 7*. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra

Pereira, Rui Mateus. 2005. *Conhecer para dominar: O desenvolvimento do saber antropológico na política colonial portuguesa em Moçambique (1926-1959)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: NOVA FCSH

https://run.unl.pt/bitstream/10362/15677/1/tese_vol1.pdf

Pezarat Correia, Pedro. 1988. "A Participação local no desenvolvimento das campanhas. O recrutamento africano". In Moreira e AA.VV. *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. PP. 143-159. Lisboa: Edições Atena

Raínho, Pedro. 2017. "Dante Vacchi. O pai fantasma dos Comandos portugueses". *O Observador*, 14 de Janeiro. <https://observador.pt/especiais/dante-vacchi-o-pai-fantasma-dos-comandos-portugueses/> (Acedido em 10/06/2018)

Rodrigues, Inês Nascimento. 2018. "Massacre de Batepá em S. Tomé e Príncipe". *As voltas do passado*. In Cardina, Miguel e Bruno Sena Martins (Eds.). *A Guerra Colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta da China

Sahlins, Marshall. 1972. *Stone Age Economics*. Chicago: Aldine-Atherton

Sansone, Lívio. 2013. "Eduardo Mondlane and the Social Sciences". *Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology* [online] 2013 vol.10 nº2. PP. 73-111. <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412013000200003>.

Saraiva, José Hermano de. 1988. *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América

Silva, Tiago Matos. 2007. "Exilados em casa. Os veteranos da Guerra Colonial e os limites da «nação»". *Arquivos da Memória Antropologia, Escala e Memória* nº1 (Nova série). Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa

Silva, Tiago Matos. 2012. "Os textos do Silêncio - Para um tratamento qualitativo do não dito" in Godinho, Paula (coord.). In *Usos da memória e práticas do património*. PP. 83-88. Lisboa: Edições Colibri

Simões, Dulce. 2012. "Siêncios da História e Usos da Memória". In Godinho, Paula (coord.). *Usos da memória e práticas do património*. PP. 45-60. Lisboa: Edições Colibri

- Smith, James e Katherine Staples. 2015. "The Interview as Analytical Category". In *Extraordinary Encounters: Authenticity and the Interview*. Smith, Katherine, James Staples e Nigel Rapport (eds.). New York, Oxford: Berghahn
- Spradley, James. 1979. *The Ethnographic Interview*. New York: Holt, Rinehart and Winston
- Stirrat, R.L. 2008. "Mercenaries, Missionaries and Misfits - Representations of Development Personnel". *Critique of Anthropology* Vol 28(4). PP. 406–442. Thousand Oaks: SAGE Publications
- Thompson, P. S. 2006. *Black Soldiers of the Queen: The Natal Native Contingent in the Anglo-Zulu War*. Tuscaloosa: University of Alabama Press
- Traverso, Enzo. 2012. *O passado, modos de usar*. Lisboa: Edições Unipop
- Viegas, Susana e José Mapril. 2012 "Mutualidade e conhecimento etnográfico". *Etnográfica* vol. 16 (3). PP. 513-524. Lisboa: CRIA
- Wolf, Eric.1969. *Peasant Wars of the 20th Century*. New York, Evanston and London: Harper and Row, publishers
- Wolf, Eric.1982. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press